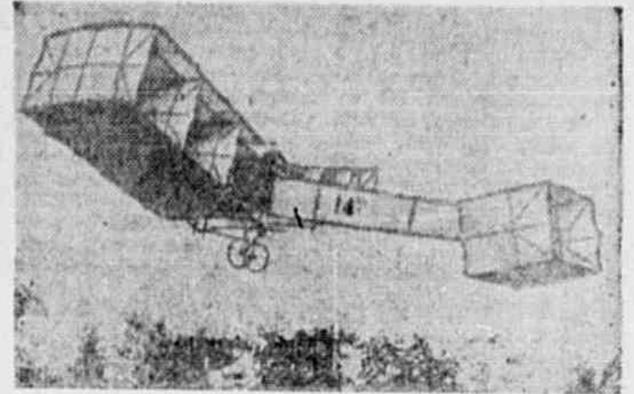


MODIFICAÇÕES NO GOVÊRNO E NO PARTIDO NA POLÔNIA E HUNGRIA

(TEXTO NA 2ª PÁGINA)

VOZ OPERÁRIA



Nº 389 — RIO DE JANEIRO, 27 DE OUTUBRO DE 1956

Entreguismo:

Programa
da Intriga
Golpista

na 3ª Página

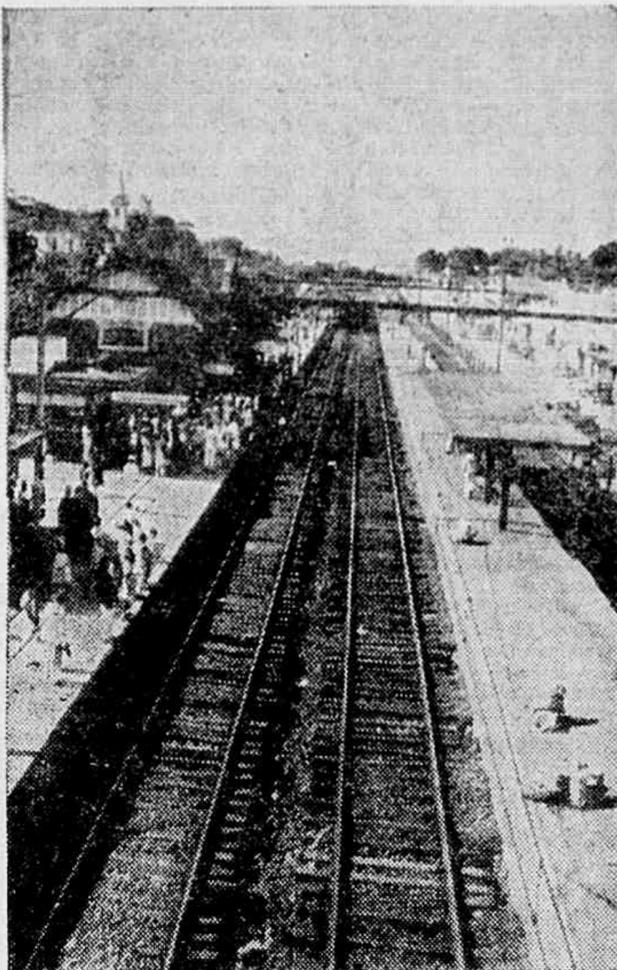


UMA DISCUSSÃO
QUE REFLITA
OS PROBLEMAS
ATUAIS

artigos na
5ª Página



REVOGAÇÃO DO
9.070 PARA ASSE-
GURAR O DIREI-
TO DE GREVE
na 9ª Página



SERÁ ENTREGUISTA O PROJE-
TO QUE INSTITUI A RFF S.A.?

(TEXTO NA 12ª PÁGINA)

Preço
Cr\$1.50

NO D. FEDERAL
E SÃO PAULO

No mesmo instante em que, há 50 anos, Santos Dumont levantava vôo, pela primeira vez, com o "mais pesado que o ar" — o "14-Bis" — cuja reconstrução se vê na foto acima, todos os aviões civis e militares existentes em nosso país subiam aos céus brasileiros, numa homenagem grandiosa ao "pai da Aviação". Foi uma das maiores revoadas já realizadas em todo o mundo esta do dia 23 de outubro, no Rio, em comemoração ao quinquagésimo aniversário do feito imortal de Santos Dumont, que deu início ao efetivo domínio do espaço aéreo pelo homem.

POR ENTENDIMENTOS E ACORDOS COM TÔDAS AS FÔRÇAS POLÍTICAS

DIARIAMENTE os acontecimentos estão a mostrar que existem condições favoráveis à existência e consolidação de uma ampla frente política em nosso país. Consideráveis forças que desejam aproximar-se do povo vêm demonstrando há algum tempo a tendência a um entendimento capaz de dar ao atual governo a margem de apoio necessária a fortalecer os setores patrióticos que existem no seu seio e propiciar-lhe, desse modo, prosseguir no caminho encetado com a nova política atômica e outras medidas de interesse nacional.

NO Projeto de Resolução do Comitê Central do P.C.B., para o estudo e debate do qual chamamos a atenção de todos os comunistas, declara-se que a orientação política dos comunistas deve ser a mais ampla, flexível e audaz. Ao mesmo tempo o documento em apreço indica os objetivos comuns em torno dos quais devem os comunistas orientar sua atividade, de modo a fazer avançar a unidade de todos os patriotas e democratas. Estes objetivos são:

1 — Defesa da soberania nacional, por uma política exterior de paz, pelo comércio livre e relações amistosas com todos os povos. Defesa e exploração das riquezas naturais. Defesa da indústria nacional, pelo desenvolvimento independente da economia brasileira.

2 — Defesa das liberdades democráticas consagradas na Constituição, abolição das discriminações ideológicas e políticas, revogação das leis que ferem as franquias constitucionais. Extensão do voto aos analfabetos, soldados e marinheiros.

3 — Melhoria das condições de vida dos trabalhadores das cidades e do campo. Medidas contra a inflação e a carestia da vida. Medidas eficazes de reforma agrária, que favoreçam a posse da terra e meios de trabalho aos camponeses. Redução das ta-

ras de arrendamento da terra; extensão da legislação social ao campo. Melhorias para os municípios e populações do interior.

APRESENTANDO estes itens, diz o Projeto de Resolução do Comitê Central do P.C.B. que os comunistas entrarão em entendimentos e acordos com tôdas as forças, correntes de opinião e partidos políticos. "Estamos prontos a colaborar — lê-se no documento — com todos os brasileiros que assumam atitude favorável a tôdas, a algumas ou uma só das proposições que ora apresentamos".

TAL afirmação deixa claro que nenhuma condição que estorve a marcha de uma ampla frente política deve ser oposta aos entendimentos. Vendo fundamentalmente o que une a não o que possa desunir as forças interessadas na defesa da soberania nacional e das liberdades democráticas, os comunistas têm por dever atuar com flexibilidade e sem receio do desenvolvimento da situação. Esta será mais favorável à proporção em que as forças de novembro e os demais setores nacionalistas participarem mais ativamente unidos na direção dos acontecimentos.

SEM tentar impor às demais forças políticas os seus pontos de vista, os comunistas devem, pelo contrário, dar o exemplo da persuasão e da boa-vontade para com elas, a fim de facilitar o trabalho de isolamento das forças retrogradadas de dentro e de fora do governo e fortalecer, desse modo, os setores patrióticos. Nenhuma tarefa mais importante no momento do que a união de tôdas as forças interessadas na democracia, no bem-estar e no progresso da nação, contra os golpistas que conspiram para instaurar no país uma ditadura terrorista. Tem razão o Projeto de Resolução do Comitê Central do P.C.B. quando afirma que o essencial é nos unirmos. "As forças patrióticas e democráticas unidas têm condições de fazer prevalecer a sua vontade."

TRATADO DE PAZ ENTRE O JAPÃO E A URSS



1. HATOIAMA, ministro do Exterior do Japão e chefe de delegação do seu país que foi à URSS terminar as negociações para o tratado de paz, aparece na foto durante o ato de assinatura do tratado, por último realizada em Moscou. Hatoiyama figura na ponta da mesa, em frente a N. A. Bulgântin (Foto TASS).

Importantes Decisões do Partido Operário Polonês

WLADYSLAW GOMULKA, ELEITO PRIMEIRO SECRETÁRIO DO COMITÊ CENTRAL: «A DEMOCRATIZAÇÃO CONSTITUI O ÚNICO CAMINHO PARA A FORMA MAIS PERFEITA DO SOCIALISMO NA POLÔNIA» — AMIZADE COM A UNIÃO SOVIÉTICA — POLÊMICA ENTRE «PRAVDA» E «TRIBUNA LUDU» — OPE- RÁRIOS, SOLDADOS, OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS E A JUVENTUDE MANIFESTAM SEU APOIO AS MEDIDAS DE DEMOCRATIZAÇÃO

«CADA país tem direito ao respeito de sua soberania e esse direito começa a ser respeitado» — afirmou o camarada Wladyslaw Gomulka, em um discurso de duas horas, perante o Comitê Central do Partido Operário Unificado Polonês, esta semana. Gomulka, reabilitado após cumprir cinco anos de prisão, foi reintegrado no Comitê Central do Partido, eleito para o Burô Político e, a seguir eleito primeiro secretário do CC, em substituição a Edward Ochab.

Em seu discurso, Gomulka passou em revista os principais problemas econômicos e políticos dos últimos anos, na Polônia, assinalando que muitos erros foram cometidos e apelando para o reforço da unidade do Partido Operário Unificado, necessária ao grande esforço pela correção dos erros e a democratização completa do país.

«Devesse dizer — afirmou Gomulka — que a nação inteira, e muito especialmente a classe operária, são obrigadas a pagar agora os erros cometidos pela direção da economia nacional. Penso que o Comitê Central deveria ter pedido contas aos homens responsáveis pela má situação econômica».

Depois de elogiar a imprensa polonesa, o primeiro secretário do CC referiu-se ao atual processo de democratização, declarando: «as pessoas começam a erguer-se contra a mentira, a onda de críticas espalhou-se pelas empresas, onde se exigem explicações sobre os erros cometidos. As massas exigem do poder uma atitude moral. O poder estava apoiado na burocratização do aparelho do Estado e do aparelho do Partido, e também na violação da legalidade».

POSIÇÃO ANTE A UNIÃO SOVIÉTICA

Falando sobre as relações entre a Polônia e a URSS, Gomulka afirmou: «repeliremos energicamente todas as sugestões tendentes a enfraquecer nossa amizade com a União Soviética. Aqueles que, com o processo de democratização, esperam poder despertar os sentimentos antissoviéticos, enganam-se completamente».

«As formas do socialismo — continuou — podem ser diferentes: o socialismo pode ter uma forma na União Soviética, outra na Iugoslávia, outra em país diferente. Se a busca da democratização constitui o único caminho para a forma mais perfeita do socialismo, não devemos permitir a ninguém que exalte essa democratização contra o regime popular da Polônia».

Gomulka terminou seu discurso com um apelo em prol do fortalecimento do Partido Operário Unificado, «que

deve estar à frente do processo de democratização».

NOVO BURÔ POLÍTICO DO C.C.

Após uma reunião que durou mais de quatro dias, o Comitê Central elegeu o novo Burô Político, assim constituído: Wladyslaw Gomulka, Josef Cyrankiewicz, Stefan Jendrychowiski, Ignace Loga-Sowinski, Jery Morawski, Edward Ochab, Adam Rana-ki, Roman Zambrowski e Alexandre Zawadzki. Entre estes Gomulka e Loga-Sowinski estavam entre os líderes comunistas reabilitados e postos em liberdade após o XX Congresso do PCUS.

Não foram reeleitos para o Burô Político do Comitê Central o marechal Constantino Rokossowiski, Jozwiak-Witold Zenon Nowack, Stanislaw Radkiewicz, Wladyslaw Dworakowicz e Ramon

Nowack.

Wladyslaw Gomulka foi eleito primeiro-secretário do C.C., substituindo no cargo a Edward Ochab que, contudo, continuou no secretariado. Os demais secretários são Jerzy Albrecht, Edward Gierck, Witold Jaroslinski, Wladyslaw Matwin e Roman Zambrowski.

REUNIÕES E COMÍCIOS DE APOIO À DEMOCRATIZAÇÃO

Em toda a Polônia realizaram-se reuniões e comícios de apoio às medidas de de-



Gomulka, 1º Secretário do C.C. do Partido Operário Polonês

moocratização e de combate às consequências do culto à personalidade. Os jornais circularam em edições extraordinárias, anunciando a reorganização do Burô Político, a eleição de Gomulka para a primeira secretaria do C.C. e as decisões do Comitê Central.

«Desejamos construir a Polônia socialista por nosso próprio esforço, de homens pobres, mas livres, sem entraves quanto à escolha dos meios, não tendo por base senão os princípios da verdadeira democracia socialista, do humanismo e do internacionalismo fraternal.» — escreveu «Glos Pracy», órgão dos sindicatos poloneses.

«Nós nos opomos enérgicamente — dizem os soldados e oficiais do Exército, em moção aprovada em assembléia da Academia Militar de Varsóvia — a qualquer tentativa de colocar uma cunha entre o Exército e o Governo. Condenamos a propagação de idéias anti-intelectuais e anti-semitas. Continuamos inamovivelmente presos à amizade de uma nação polonesa e a União Soviética, amizade que tem seus fundamentos nos princípios de igualdade e de plena soberania. Exortamos a inteira democratização da vida política no Exército».

As organizações da juventude e dos estudantes realizaram comícios e aprovaram moções no mesmo sentido. Uma delegação de jovens visitou os membros do Burô Político do C.C., expondo-lhes seus pontos de vista, e expressando, segundo a rádio de Varsóvia, «sua emoção ante as tentativas de certos grupos de atrasar o processo de democratização». Gomulka respondeu aos delegados juvenis: «Transformaremos nossas palavras em atos. O Burô Político e o Comitê Central, reorganizados, esperam o apoio da juventude.

de. Vós sois a garantia da democratização.»

POLEMICA ENTRE A «PRAVDA» E A «TRIBUNA LUDU»

Em comentário publicado na edição do dia 20, sobre os acontecimentos na Polônia, afirmou o órgão do C.C. do P.C.U.S., «Pravda»: «Nestes últimos tempos a imprensa polonesa tem publicado, cada vez com maior frequência, declarações em que se prega o abandono do caminho do socialismo. Parece estranho, mas é um fato — a imprensa chamada a servir de arma efetiva na luta pelo reforço do regime de democracia popular publica diariamente artigos que abalam as bases desse regime, semeiam a desconfiança com referência à edificação da vida nova e espalham na alma dos leitores o veneno importado de ideologias estranhas aos trabalhadores». «Arrancando abertamente a máscara — acrescenta — seus autores renegam a Marx e Lênin».

No dia seguinte, «Tribuna Ludu», órgão do C.C. do Partido Operário Unificado Polonês, respondeu, em editorial: «A grande reviravolta que se verifica no movimento operário internacional, desde o XX Congresso do P.C.U.S., significa um retorno a Marx, a Lênin, à democracia, e não um abandono do socialismo, como pretende o correspondente da «Pravda».

«Essa campanha anti-socialista de certos jornais poloneses — diz, ainda, o jornal soviético — provoca o descontentamento e a indignação dos patriotas honestos, das amplas massas de trabalhadores da República Popular Polonesa. Estes últimos exigem a contenção do

revisonismo dos capitulacionistas desvairados que utilizam a imprensa polonesa para seu sujo objetivo.»

«Ao contrário — responde «Tribuna Ludu» — São os erros, as deformações e os crimes denunciados por ocasião do XX Congresso do P.C.U.S. que constituem a negação do socialismo. A evolução que agora observamos na Polónia é uma evolução que tornará o Partido e os socialistas mais fortes do que nunca.»

CONVERSAÇÕES COM O C.C. DO PCUS

No mesmo dia 20, uma delegação do C.C. do P.C.U.S., constituída por N. S. Krushchiov, V. M. Molotov, A. I. Mikolain e L. M. Kaganovich desembarcou em Varsóvia, de avião, passando a conferenciar com os membros do C.C. do P.O.U.P. A delegação regressou a Moscou à noite. Um comunicado oficial informou que as conversações decorreram em ambiente de cordialidade.

RESOLUÇÕES DO COMITÊ CENTRAL

Entre as resoluções de C.C. do P.O.U.P. figura a constituição de uma comissão encarregada de comprovar a participação e as responsabilidades dos membros do Partido nas violações à legalidade socialista.

Anunciou-se que o governo polonês convocará as eleições gerais para a segunda quinzena de dezembro.



Pirataria Francesa Na África do Norte

Agravou-se intensamente a crise política da África do Norte. E isso não só na Argélia, onde prossegue a luta armada imposta pelos colonialistas franceses, mas, também, no Marrocos e na Tunísia que, há alguns meses, obtiveram a independência após heróico esforço de libertação nacional.

É naquele primeiro país que tem seu foco principal a mazela colonialista no norte africano. Baseando-se na existência de minoria francesa naquela parte do mundo, recusa-se a França a negociar com os argelinos. Repetidamente, os gabinetes de Paris procuram reduzir o caso a uma questão supostamente interna, negando o caráter nacional da luta que ali se desenvolve. Os patriotas da Argélia jamais desconhecem, que entre seu país e a França, estabeleceram-se laços particularmente estreitos, durante o último século e pouco; não buscam restringir os direitos de que deve usufruir a minoria, à qual se garante igualdade de tratamento com a população local. Mas os governantes do outro lado do Mediterrâneo fazem ouvidos moucos. Exceção feita do Partido Comunista (que busca o cessar fogo, o reconhecimento do movimento patriótico argelino e a abertura de negociações honrosas) as demais agremiações políticas, entre as quais o S.F.I.O. (socialistas) têm oscilado entre a tendência de fazer pequenas concessões, na base de «posições de força», exigindo a liquidação das forças de resistência patrióticas, ou em manter, pelas armas, um estado de coisas que a vontade dos povos repudia e que a situação mundial condena antecipadamente ao fracasso.

Hoje, parecem ter crescido no seio do Gabinete Mollet os partidários de uma política de extrema intransigência. Foram rejeitados os oferecimentos mediadores do sultão de Marrocos e do primeiro-ministro Bourguiba. Esmera-se o Quai d'Orsay na forjicação de casos diplomáticos, como o recentemente criado com o Egito sobre um pretenso contrabando de armas.

Os demais povos muçulmanos, irmãos do povo argelino, não se podem manter indiferentes diante dos massacres sistemáticos que o exército francês vem realizando na África do Norte. Eles compreendem, inclusive, que um reforço do colonialismo na Argélia haveria de ser o

sinal para ferir-lhes a própria independência. É, pois, inteiramente natural que seus governantes procurem manter contatos com as forças patrióticas argelinas, a fim de estudar o encaminhamento de uma solução honrosa para a Argélia e a França.

Nesse sentido agiu, nos últimos dias, o sultão do Marrocos, recebendo em audiência cinco dos mais expressivos representantes do país vizinho, entre os quais se destacam Ahmed Ben Bella e Mohammed Khider. A resposta francesa a essa iniciativa foi de crua violência. Segundo nota oficial, o Gabinete Mollet «decidiu suspender as negociações em curso com o governo marroquino. Os recentes acontecimentos — prossegue o comunicado — dão ao governo francês graves preocupações. Se os próximos dias confirmarem sua expectativa, seria vão prosseguir a elaboração de acordos relativos ao futuro, em geral, como à convenção de assistência técnica ou à convenção financeira». Em outras palavras, a França ameaça reabrir a questão da própria independência marroquina, pois ainda há assuntos pendentes, inclusive sobre a utilização de bases militares.

Mas isso era apenas um início. Enquanto se inclinava em Tunísia uma conferência entre Bourguiba e Mohammed V, encontro para o qual eram também aguardados chefes argelinos, armou-se um golpe de mão contra estes: o aeroplano que os conduzia foi intimado a descer ao sobrevoar as proximidades de Argel, sendo eles presos com a cumplicidade da tripulação francesa do aparelho. Esse ato de banditismo, indigno de qualquer país civilizado, agrava a tensão entre a África muçulmana e os imperialistas franceses. Tal violência — afirmou Bourguiba — ameaça precipitar toda a África do Norte em uma prova de força com a França. A devolução dos patriotas argelinos raptados é uma exigência de todos os que não desejam estender o conflito. Ela passou a ser a premissa de qualquer solução honrosa. Nada poderia, nos dias de hoje, deter o punho dos que se batem pela independência de sua pátria. Novas provas nesse sentido não custarão a surgir se, ensandecidos por uma política sanguinária, os governantes franceses insistirem no vergonhoso caminho que os levou ao desastre no Viet-Nam.

Os 50 Anos de Shostakovitch



Dimitri Shostakovich, o famoso compositor soviético, completou este mês cinquenta anos. Por este motivo foi organizado na Sala Tchaikovski, de Moscou, uma noite de arte dedicada à sua obra musical. Shostakovich aparece (ao centro) entre o diretor da Orquestra Filarmônica de Londres, sir Adrian Boult (à direita), ora em visita à URSS, e outro conhecido compositor soviético, Aran Kachaturian (Press Foto-Agência).

Juarez Retorna à Pregação do Entreguismo e Traça um "Programa" à Intriga Golpista

CAMPANHA CONTRA A «PETROBRAS» E CONTRA A NOVA ORIENTAÇÃO GOVERNAMENTAL PARA A POLÍTICA ATÔMICA BRASILEIRA — OBJETIVO DO GOLPISMO RENITENTE: FAZER O GOVERNO MUDAR DE RUMO OU MUDAR O GOVERNO — UNIDADE PARA CONSOLIDAR E AMPLIAR AS MEDIDAS NACIONALISTAS

LACERDA e outros áscas do golpismo acabam de lançar a «campanha do L», que seria de suposta resistência ao projeto de lei contra a imprensa e a qualquer violação das franquias constitucionais. Mas todo mundo recorda a pregação desses apressados «defensores» das liberdades em favor de um «regime de exceção» em cuja plataforma o próprio Lacerda incluiu a censura à imprensa e o fechamento de jornais. Ainda no manifesto que fez divulgar antes de seu regresso ao Brasil, Lacerda insistia na necessidade

de um golpe militar para impôr ao país um regime liberticida.

Só os Ingênuos poderiam iludir-se sobre o que se esconde atrás desta «defesa das liberdades» de parte daqueles que vivem pregando a necessidade de suprimi-las.

JUAREZ RETORNA À PREGAÇÃO ENTREGUISTA

Já o sr. Juarez Távora, amigo, correligionário e parceiro de Lacerda, perseguindo os mesmos objetivos, é mais sincero que o pessoal do Clube da Lanterna.

Reiniciando uma pregação pública do golpismo, Juarez concentra suas baterias contra algumas das medidas nacionalistas adotadas pelo atual governo e, particularmente, contra a nova orientação para a política atômica. As posições do ex-candidato à Presidência da República representam, na realidade, o verdadeiro programa do golpismo que tenta reerguer a cabeça, estimulado pelos grupos econômicos que se sentem prejudicados com o apêlo dado pelo governo à lei da Petrobrás ou com a decisão de denunciar os acordos atômicos firmados com os Estados Unidos.

ATAQUE À PETROBRÁS

Para se verificar até que ponto o sr. Távora fala em nome de todo o grupo subversivo do golpe — Lacerda, Pena Boto, Padilha, etc. — basta o fato de que suas «idéias» vêm sendo popularizadas por outros de seus correligionários. O espião Raimundo Padilha, por exemplo, não faz muito tentou «uma síntese» da orientação de Juarez em relação ao petróleo, orientação que lhe parece a mais «realista e patriótica». Escreve Padilha: «Entende o general Távora, que os norte-americanos têm o maior interesse em nos ajudar em nossos empreendimentos petrolíferos, mesmo que os depósitos sejam apenas suficientes para o consumo nacional». Juarez sustenta ainda (com o apoio de Padilha e comparsas) que «o Estado, no Brasil, sempre se revelou incapaz de uma administração nacional» e que «a urgência de uma solução para o nosso problema de energia nos impõe o recurso à cooperação estrangeira em capitais, equipamentos e técnicos».

Em resumo: Juarez (e o golpismo renitente) é contra a «Petrobrás», embora por conveniências eleitorais se apresentasse, durante a campanha sucessória, como «disposto a conservá-la...» como medida experimental. Passadas as eleições, o sr. Távora joga fora a máscara e retorna à pregação aberta do entreguismo.

OS FATOS DESMASCARAM O ENTREGUISMO

Já não vale a pena discutir esses «argumentos» do entreguismo, tão discutidos e refutados estão eles. A balela de que o Estado é incapaz de administração rentável das empresas está hoje desmentida, não só por Volta Redonda, mas pela própria «Petrobrás», que se desenvolve rapidamente e com a maior rentabilidade. Sob o regime de monopólio estatal temos hoje em funcionamento no Brasil maior número de sondas que o Irã (5 sondas) o Iraque (14 sondas) e uma série de outras regiões controladas pelos poderosos trustes petrolíferos. Atualmente temos em funcionamento 29 sondas e todas as possibilidades de adquirir o número que se faça necessário à medida que sejam localizadas novas áreas sedimentares. Nenhuma companhia particular faria mais, no mesmo prazo, do que já fez a «Petrobrás» sob o regime do monopólio estatal.

DEFENDENDO ACORDOS LESIVOS AO BRASIL

Outro ponto de ataque da campanha golpista a que se entregou, novamente, o general Távora, refere-se à política atômica. Tenta o antigo candidato udenista, apresentar a denúncia dos acordos atômicos com os EE.UU. (acórdos concluídos sob inspiração dele) como uma espécie de «catástrofe». Numa entrevista pela televisão, em São Paulo, o general chegou a afirmar que, sem entregarmos nossos minérios radioativos aos EE.UU., jamais teremos qualquer progresso nas pesquisas e no desenvolvimento da indústria atômica.

Ora, a verdade é inteiramente outra. Com os acordos assinados sob inspiração do sr. Távora o que houve, na realidade, foi um atraso evidente das pesquisas nacionais neste setor. (Foram paralisados os trabalhos que vinham sendo realizados por geólogos brasileiros.) Ao mesmo tempo os EE.UU. constituíram-se em comprador exclusivo de nossos minérios radioativos e adquiriram o controle de todas as pesquisas realizadas no Brasil tanto para o levantamento de jazidas minerais como no setor industrial. Ainda mais: os referidos acordos facultavam a entrega de nossos minérios ao governo norte-americano, sem que recebêssemos, em troca, equipamentos necessários à industrialização da energia nuclear.

Tudo isto foi comprovado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que evidenciou também, com a revelação dos 4 documentos secretos, que o próprio Juarez atuou, quando Chefe da Casa Militar do governo Café Filho, como simples intermediário da Embaixada Norte-Americana junto ao Conselho de Segurança Nacional (do qual era o Secretário Geral).

Quanto à alegação de que só podemos desenvolver a indústria atômica entregando nossos minérios aos EE.UU. basta uma simples pergunta para refutá-la: Como diversos países, nas condições do nosso, puderam se adiantar ao Brasil no terreno da indústria atômica sem entregarem uma grama de minerais radioativos ao exterior?

A verdade é que não existe, hoje, a menor dificuldade de se obterem equipamentos para a indústria atômica em diversos países através do simples pagamento normal em divisas. E este é o caminho que deve ser seguido.

CONSOLIDAR AS MEDIDAS JÁ ADOTADAS

A investida de Juarez e dos chefes do golpismo renitente contra as medidas nacionalistas adotadas pelo atual governo demonstra a disposição dos monopólios norte-americanos e dos grupos que, no país, fazem o seu jogo, de recorrerem a todos os meios e expedientes para fazer o governo mudar de rumo e marchar pelo caminho do entreguismo. Tentarão por todos os meios mudar esta orientação nacionalista ou mudar o próprio governo. Daí as manobras como a da «pacificação» que se desenvolvem paralelamente com as intrigas junto às forças armadas.

Isto exige de todos os patriotas uma unidade cada vez mais atuante, unidade que permita a consolidação imediata das medidas nacionalistas já adotadas (por exemplo: a concretização da nova política atômica com a denúncia oficial dos acordos com os EE.UU.) e a adoção de novas medidas patrióticas. Esta unidade, ao mesmo tempo, será a garantia contra os arreganhos golpistas.

Semana Política

FORMOU-SE na Câmara um novo bloco parlamentar, constituído de cinquenta deputados de diversos partidos (PSD, PTB, PTN, PR e PSP), que se declara «independente» e pretende «fiscalizar o governo e vigiar a oposição».

A formação do «bloco independente» torna mais complexa a disposição de forças políticas na Câmara Federal, onde já existe um bloco da maioria (PSD), um bloco da minoria (PTB, PSB, PSP) que apóia o governo, um bloco da oposição (UDN e elementos do PR), além do bloco nacionalista que reúne deputados que, sem se desligarem de suas respectivas bancadas, defendem um programa concreto de soluções patrióticas para problemas fundamentais do país.

O novo «bloco independente», não tem, pelo menos até agora, outro programa senão a fórmula geral de «fiscalizar o governo e vigiar a oposição». Mas este propósito anunciado parece demagógico se não vem apoiado numa clara definição de princípios e orientação. É evidente que se pode «fiscalizar» a conduta do governo e da oposição dos mais diversos pontos de vista e, conforme o caráter e o sentido desta fiscalização tornar-se-ão diversos. Não é a mesma coisa fiscalizar o governo e a oposição partindo de pontos de vistas e princípios nacionalistas e patrióticos, como o faz o bloco

parlamentar nacionalista, ou de pontos de vista antinacionais e reacionários, como o fazem parlamentares de diversos partidos.

Assim, sem um programa, sem uma linha de conduta definida, a independência do «bloco independente» pode perder-se em teias e fruticas de rotina sem nenhuma significação maior na vida política nacional.

Entretanto, este novo alinhamento parlamentar não é de todo inócuo, pois cria problemas para o bloco governamental na Câmara. Pelo menos quarenta e três dos deputados que se reuniram ao «bloco independente» pertencem a bancadas governistas (PSD, PTB, PTN), o que significa que o governo já não poderá contar indiscriminadamente com os votos e a disciplina deste expressivo contingente parlamentar. Isto evidencia que os quadros partidários perdem cada vez mais a rigidez anterior, dando margem à formação de grupos e correntes que atuam com independência crescente, de acordo com os interesses concretos que representam. Daí decorre a possibilidade de se procurar um entendimento mais estreito e prático entre setores e elementos democráticos e de tendências patrióticas, que existem em todos os partidos ou em quase todos, para uma ação comum, tanto no Parlamento como fora dele, inclusive dentro do próprio governo.

Amplo Espírito Unitário na Luta Contra o Projeto de Lei de Imprensa

O projet. de lei de imprensa encontra, naturalmente, a veemente oposição da unanimidade de jornais e jornalistas, assim como de setores sempre crescente da o-

pinhão pública, que vêem na proposição elaborada no Ministério da Justiça uma perigosa ameaça a todas as liberdades.

De fato, nenhum democrata consequente poderá concordar com este projeto de sufocamento da liberdade de opinião, quaisquer que sejam os motivos que se aleguem para justificá-lo. Em quase todos os seus artigos o projeto é insidioso, atingindo indiscriminadamente todos os jornais contra os quais queiram lançar-se os que, em determinado momento, se encontrem no exercício do poder. Considera a opinião escrita como «ato subversivo», o que é um gritante absurdo, pois não se pode admitir a propaganda política ou doutrinária, e a apreciação dos fatos e dos homens do ponto de vista doutrinário ou político, como «ato contrário ao regime constitucional». Enfim, enquadra na famigerada «lei de segurança do Estado» supostos delitos de imprensa, o que significa bitolar a opinião escrita pelos cânones políticos e ideológicos dos donos do poder.

A luta pelo arquivamento ou por uma profunda modificação deste projeto rólha é, assim, uma luta de todos

os que desejam preservar as franquias constitucionais. Interesse, inclusive, àquelas forças de dentro do próprio governo que procuram aproximar-se do povo e tentam realizar uma política de caráter nacionalista, atenta aos interesses nacionais. E' fora de dúvida que a aprovação e a aplicação de uma lei liberticida apenas ergueria uma barreira entre o atual governo e os setores democráticos do país, dando receptividade às intrigas golpistas e enfraquecendo as posições dos que pretendem resistir às investidas dos bandos neofascistas derrotados a 11 de novembro.

Não resta dúvida que esses elementos procuram tirar partido — como já o fazem — do gesto impensado e reacionário do governo ao enviar ao Parlamento o projeto de lei de imprensa. Provocadores com o Carlos Lacerda, que em seu programa par: um «governo de exceção» incluía a censura à imprensa e ao rádio, e o fechamento de jornais como a «Última Hora» e outros, aparecem atualmente fantasiados de defensores da liberdade de imprensa, procurando capitalizar para os objetivos do «Clube da Lanterna» jus-

tos movimentos de frente única contra o projeto de lei-rólha enviado ao Parlamento. Quer isto dizer que se devam introduzir discriminações entre todos os que, por um ou outro motivo, se levantam contra o projeto de lei de imprensa?

Isto seria, não só prejudicial, como impossível. Mas, ao mesmo tempo que combatem com firmeza as restrições que se pretendem criar à liberdade de imprensa, os democratas mais esclarecidos não podem deixar de empenhar todos os seus esforços para conduzir esta campanha com um amplo espírito unitário, procurando interessar nela os setores democráticos do próprio governo e não dirigí-la contra eles. Afora as manifestações públicas contra o projeto, os memoriais e o envio de delegações ao Parlamento, é também necessário que setores profissionais, entidades jornalísticas, sindicais, associações de massas se dirijam às autoridades dos governos federal e estaduais, que têm posição definida em favor de princípios democráticos, e fim-de estimulá-las a assumirem atitude pelo arquivamento do projeto liberticida.

AS COMEMORAÇÕES DE 11 DE NOVEMBRO

PARLAMENTARES, líderes políticos, dirigentes das organizações sindicais e populares, estudantes, trabalhadores e o povo participarão das festividades programadas para comemorar o primeiro aniversário do movimento democrático de 11 de novembro. As comemorações serão realizadas em todo o país. Na capital da República terão lugar no dia 12, segunda-feira: diversas solenidades es-

tas sendo programadas para esse dia e expressarão o apoio do povo aos objetivos daquele movimento que, hoje, se traduzem principalmente em lutar pela consolidação da democracia, por medidas capazes de assegurar a defesa da independência nacional e a melhoria da situação material das grandes massas.

MANIFESTO DE LÍDERES SINDICAIS

Ao mesmo tempo crescem as manifestações pela unidade das forças de novembro e por uma ação unida de todos quantos se dispõem a defender a Independência nacional, a democracia e a Constituição contra os manobras golpistas. Líderes sindicais do Distrito Federal lançaram, nesse sentido, um manifesto, no qual denunciam as últimas manobras do golpismo e conclamam os trabalhadores a

se unirem em defesa das conquistas democráticas. «Lançamos um apêlo ao governo — diz o manifesto — para que confie e se apoie no povo e que, na defesa da Constituição, mantenha cada vez mais as amplas garantias democráticas, sindicais e a liberdade de imprensa, clima em que poderemos desenvolver livremente a união de todo o povo, clima que não permitirá vicejarem os golpistas e conspiradores.»

ESTRANHA EXPLICAÇÃO DE ENVER HODJA

Ataque Contra - Revolucionário Esmagado na Hungria

Sob o título «estranha explicação de Enver Hodja». O jornal «Borba», do Comitê Central da União dos Comunistas Iugoslavos, comenta um informe do primeiro secretário do Partido do Trabalho da Albânia, escrevendo:

«No informe apresentado ao Congresso do Partido do Trabalho da Albânia, Enver Hodja fez uma apreciação das relações iugoslavo-albanesas atuais e do próximo passado.

«Nossas amistosas relações com os fraternais povos da Iugoslávia — disse o primeiro secretário do Partido do Trabalho — «partilham não somente de um caminho normal, mas se fortaleceram dia a dia, e um espírito de entendimento e compreensão mútua. A declaração de Belgrado significou, também uma radical modificação nas relações de nosso Estado com a Iugoslávia. Como se sabe ainda antes da libertação do país, as relações entre o Partido Comunista da Albânia e o Partido Comunista da Iugoslávia foram muito cordiais. Depois da libertação estabeleceram-se as mais amplas relações entre nossos Estados. Durante este período de nossas relações cometeram-se faltas e deformações de princípio, que deveriam

ter sido corrigidas por vias normais. Por desgraça, as faltas e as deformações não foram corrigidas. É preciso destacar que, apesar de tudo isso, nosso Partido não somente não duvidou da amizade da Iugoslávia como cuidou, até o último momento, por todos os meios ao seu alcance, de que a amizade e as relações estabelecidas não fossem perturbadas.

«Nosso Partido — prossegue o informe de Enver Hodja — solidarizou-se com a Resolução do Cominform. Reconhecemos que fomos enganados, tal como outros partidos comunistas e operários, nas provocações contra a Iugoslávia, forjadas pelo abjeto agente do imperialismo, Beria. Nesta penosa situação em que nos encontramos, ligamos todas as questões umas às outras: as faltas e a não compreensão, que existiram entre o Partido Comunista da Albânia e o Partido Comunista da Iugoslávia, como também entre nossos Estados; a criminosa atuação de Cочи Dodje contra nosso Partido e o Estado, pelas quais recebeu o castigo merecido; e a grande provocação arquitetada pelo agente Beria.»

Depois de transcrever os trechos acima, do informe de Hodja, escreve o jornal de Belgrado:

«Apesar de haver constatado os erros dos dirigentes do Partido do Trabalho da Albânia, cometidos desde 1948, em todo o informe de Enver Hodja há afirmações com as quais de nenhum modo podemos nem queremos conformar-nos. Insistir sobre elas somente pode estorvar o processo da normalização entre os dois países.»

«Como se deve compreender que os «erros» e as «deformações de princípios» nas relações entre a Iugoslávia e a Albânia, apesar de tudo, não conduziram o governo da Albânia a suspeitar da amizade da Iugoslávia? — pergunta «Borba», acrescentando: — tal como foram ditas as coisas, visivelmente elas parecem ser um intento de jogar as responsabilidades de tudo o que sucedeu a partir de 1948, sobre a Iugoslávia. Este desejo não pode ser, de nenhum modo, útil, nem para dar uma justa explicação do próximo passado, nem para o fortalecimento da compreensão mútua, pela qual se empenha Enver Hodja.»

«Os principais erros dos dirigentes do Partido do Trabalho da Albânia — prossegue o jornal — no período seguinte à resolução do Cominform, emanam, segundo as palavras de Enver Hodja, do fato de haver ligado «questões» que nada tem de comum e dos «erros» nas relações entre os partidos e Estados e também na «criminosa atuação» de Cочи Dodje às «provocações que foram arquitetadas pelo agente Beria.» «Logo, conclui Hodja, a lógica da luta de uns contra os outros conduziu a erros que consistiam em que nos havíamos servido de acusações injustas, aquelas que contra o Partido e o Estado iugoslavo arquitetou o agente Beria: em que havíamos acusado a Iugoslávia como país inimigo e arma do imperialismo, de haver acusado o Partido Comunista da Iu-

goslávia de ser fascista e aos dirigentes iugoslavos de serem anti-marxista, etc. Estas acusações foram injustas, posto que nesta questão nos havíamos equivocado.»

«Mas — continua o órgão do CC da UCI — referindo-se novamente à atuação criminosa de Cочи Dodje, ex-secretário de organização do Partido, que, em 1949, foi julgado e executado sob acusação de que, atuando segundo diretivas recebidas da Iugoslávia, prepara, em seu país, um golpe de estado, Enver Hodja afirmou que dificilmente se pôde conciliar com o caso Dodje a natureza da explicação dos erros cometidos pelos dirigentes albaneses. Hodja disse: «As acusações contra Cочи Dodje e seus cúmplices são completamente justas e sua acusação pelo Partido e o Estado é completamente justificada.»

«Nós nos recordamos muito bem — escreve «Borba» — das atas de acusação contra Dodje. Oito parágrafos, do total de 16 parágrafos desse documento, falavam dele como um agente da Iugoslávia e da conspiração iugoslava contra a independência e o sistema de governo da Albânia. Estes oito parágrafos precisamente, constituem a essência da acusação. Enver Hodja em nada afastou-se deles. A primeira, a mais importante das atas de acusação, à qual se ligam as demais, diz, segundo informação da agência telegráfica da Albânia,

de 12 de maio de 1949: «O grupo citado trabalha sob instruções da clique nacionalista-trotsquista de Tito, da qual recebeu, diretamente, em contatos com pessoas, por correspondência pessoal, por intermediários da clique nacionalista-trotsquista de Tito, e indiretamente, pelas instruções recebidas dos agentes que a clique nacionalista-trotsquista de Tito enviou à Albânia.»

«Se hoje — conclui «Borba» — se afirma que as acusações contra Dodje são «completamente justificadas», não significa isso repetir o «erro de ligar» umas coisas às outras, de que fala Hodja? Na realidade, quando é citado o caso Dodje, não se pode evitar esta ligação, pois que faz parte orgânica da acusação contra ele. As acusações contra o ex-secretário de organização do Partido e a campanha anti-iugoslava daquele tempo não se podem separar. Não desejamos, nesta oportunidade, entrar em consideração sobre a personalidade de Dodje e seu papel — apesar de que o povo iugoslavo tem uma opinião determinada, que bem se conhece. Mas o simples fato de que Enver Hodja defende as acusações do ano de 1949, em sua totalidade, das quais as calúnias contra a Iugoslávia não podem ser separadas, não está de acordo com seu desejo de «enterrar o amargo passado» de estreitar as relações iugoslavo-albanesas no «espírito da amizade e da compreensão mútuas.»

O GOVERNO da República Popular da Hungria, com o auxílio de tropas soviéticas, esmagou uma tentativa de grupos contra-revolucionários visando pôr abaixo o regime socialista no país. Segundo informou a rádio de Budapest, os elementos contra-revolucionários, explorando as grandes manifestações estudantis e populares, que se realizavam na capital húngara, em favor das medidas de democratização, lançaram-se ao assalto contra edifícios públicos e à pilhagem de próprios do Estado, obrigando o governo a intervir pela força, do que resultaram inúmeros mortos e feridos.

Nas últimas semanas intensificaram-se, na Hungria, os esforços na luta contra as consequências nefastas do culto à personalidade e pela adoção de medidas de democratização. Os intelectuais, organizados no Clube Petoefi, realizaram manifestações públicas e pela imprensa, reclamando a abolição de todas as restrições à livre manifestação do pensamento. Grandes manifestações foram realizadas, igualmente, pelos estudantes da Universidade de Budapest, o mesmo ocorrendo nas fábricas. Exigia-se a punição dos responsáveis pelas graves violações da legalidade socialista e a reintegração no governo de Imre Nagy, que fora destituído da presidência do Conselho de Ministros e expulso do Partido dos Trabalhadores, sob falsas acusações, em comêços de 1955. Imre Nagy foi recentemente reabilitado e reintegrado no Partido.

De acordo com as informações procedentes da capital húngara, os grupos contra-revolucionários vinham procurando infiltrar-se nas manifestações com o fim de desvirtuá-las, dando-lhes caráter anti-comunista e anti-soviético. Esses grupos, intervindo, armados, em uma passeata de duzentas mil pessoas, no dia 23, à tarde, passaram a cometer atos de violência, que se generalizaram.

O governo húngaro adotou medidas de emergência. O antigo premier Nagy voltou à presidência do Conselho de Ministros. Foi decretada a lei marcial. Segundo as informações da rádio de Budapest, o governo solicitou, nos termos do Tratado de Varsóvia, a ajuda das tropas soviéticas para enfrentar a tentativa de contra-revolução, esmagando, após um dia e meio de choques, os grupos rebeldes. Falando à nação, o premier Imre Nagy assegurou que serão prontamente adotadas medidas de democratização, e visando a solução das dificuldades econômicas, especialmente na agricultura. Erno Gero, primeiro secretário do Comitê Central do Partido dos Trabalhadores, foi destituído do cargo, sendo sua destituição recebida com manifestações de alegria. O governo assegurou que não permitirá que os inimigos do socialismo desvirtuem a luta pela democratização e contra as consequências do culto à personalidade em manifestações contra o regime popular e contra a amizade húngaro-soviética.

UNIVERSITÁRIO TORTURADO NOS CÁRCERES PARAGUAIOS

O UNIVERSITÁRIO paraguaio Simon Zalimberg continua sendo submetido a selvagens torturas no cárcere lumem os protestos reivindicando a cessação da tortura, tratamento médico e comparecimento de Zalimberg perante o tribunal, o governo declara — através o ministro Edgar Insfran — que não podia atender os pedidos «porque a polícia não havia obtido até agora a informação que-lhe interessava».

DESONESTIDADE

A mãe de Zalimberg, que não conseguiu ainda ver seu filho, soube por outros presos que ele estava sendo torturado e iniciou um processo ante o Supremo Tribunal de Justiça contra a polícia. Inicialmente o presidente do Tribunal ignorou o processo, mas pressionado pela opinião pública, desachou-o dizendo que o chefe de Polícia lhe informara que o jovem estava preso por «desacato à polícia» e não por motivos políticos, fugindo assim ao assunto.

SOLIDARIEDADE

O caso de Zalimberg, entretanto, não é o único. O dirigente têxtil Sérgio Lopez denunciou ante o Tribunal as torturas que sofreu na prisão e o assalto à mão armada na ocasião de sua detenção. Além disso, a sra. Zoraida de Zalimberg, esposa de Simon, e numerosas outras líderes sindicais e estudantes estão encarceradas.

O povo paraguaio repudia essas arbitrariedades. Aumenta dia a dia o movimento de solidariedade em favor dos presos e contra as torturas.

Iutam os Trabalhadores Argentinos Pela Liberdade e Autonomia Sindical

DENUNCIADA A FRAUDE QUE VISA A MANTER OS SINDICATOS E A C.G.T. NAS MÃOS DO GOVERNO ARAMBURU — INTERVENÇÃO INJUSTIFICÁVEL

Em manifesto intitulado «Frente à fraude eleitoral nos sindicatos», o Movimento pró-Democratização e Independência dos Sindicatos argentinos acusa o governo instaurado após o golpe de Estado de 16 de setembro de 1955 de levar a cabo uma campanha «tendente a legalizar a mais escandalosa fraude que se conhece na história do movimento sindical argentino e na história política do país». Tal fraude, aplicada com os recursos do aparelho estatal e de repressão, visa manter os sindicatos e a C.G.T. nas mãos do governo.

INTERVENÇÃO MILITAR NOS SINDICATOS
Após o golpe que derrubou Peron, foi decretada a intervenção nos sindicatos e na C.G.T. e nomeados interventores civis e militares para os mesmos; pelo decreto 4.258 desencadrou-se uma onda de intimidação, demissões, expulsões dos sindicatos e uma campanha para dividir os trabalhadores em «peronistas» e «anti-peronistas»; numerosos dirigentes sindicais e operários foram presos e confinados, como Rubens Iscaro (secretário geral do Movimento pró-Democratização); as assembleias foram proibidas, assim como o acesso de trabalhadores a seus sindicatos; as eleições sindicais foram convocadas de surpresa, para impedir a participação dos trabalhadores em sua preparação, e as juntas eleitorais e apuradoras escolhidas a dedo pelos interventores; as listas de candidatos ficaram inteiramente dependentes do arbítrio dos interventores.

PROVAS DE FRAUDE

O manifesto cita em seguida, casos concretos de fraude na Federação Nacional do Vestuário, onde votaram patrões, dentistas, tintureiros e até sócios falecidos; as costureiras eram apanhadas em casa, inscritas e conduzidas para votar; somente votaram 7.500 sócios embora houvessem 50.000 em condições de fazê-lo, fatos que levaram três das listas concorrentes a impugnar o «pleito».

No Sindicato dos Músicos, na hora de iniciar a eleição os interventores da C.G.T. impugnaram a Lista Branca sob o pretexto de que em seu programa se «propicia a adesão da C.G.T. à Confederação dos Trabalhadores da América Latina e à Federação Sindical Mundial».

Na União Operária da Indústria da Madeira, foram presos três membros da Lista Verde, mediante a ação combinada dos interventores, dos patrões e da polícia, e votaram apenas 4.300 operários do total de 8.000 em condições de fazê-lo. Igualmente, nos sindicatos de Pasteleros de Padeiros e do Calçado e na Federação Gráfica Argentina, a fraude e a pressão policial impediram.

AMPLA UNIDADE

Continuando o manifesto frisa que se deve «ter sempre presente que o sindicato é a frente única de todos os trabalhadores, sem distinção de credos nem de ideologias políticas», e alerta contra as manobras divisionistas dos patrões e do governo. O documento conclama os trabalhadores a reforçarem sua unidade a partir dos locais de trabalho, através a luta pelas reivindicações econômicas específicas, pela total participação dos operários nas comissões diretivas, eleitorais, apuradoras, paritárias e nos gremios. «A fraude — diz o manifesto — foi possível porque se impediu o conjunto de trabalhadores de cada gremio de participar ativamente».

Finalizando, o documento chama os trabalhadores a reforçar sua unidade e organização para lutar pela conquista de justos convênios, por igual salário para trabalho igual para a mulher e o jovem, pela liberdade de Rubens Iscaro e de todos os trabalhadores presos sem causa nem processo, pelo levantamento do Estado de Sítio, a revogação da lei 4.144 e das leis represivas, pela democracia e a independência sindical.

UMA DISCUSSÃO QUE REFLITA OS PROBLEMAS ATUAIS

NÃO ADIANTA CORRER



Charge de Taru, publicada no jornal "Scintela"

O Programa e os Caminhos De Desenvolvimento do Brasil

ARMANDO LOPES DA CUNHA

As teses do XX Congresso do PCUS a respeito da atual possibilidade de passagem pacífica do capitalismo ao socialismo, em inúmeros países, certamente dão matéria a meditar para os comunistas brasileiros.

Embora já esteja bastante claro para todos nós que a etapa atual da revolução brasileira não permite a realização imediata de tarefas socialistas, a questão assume grande importância, também para nós, porque nosso programa está evidenciado da concepção de que somente através da luta armada será possível modificar o regime econômico-social atualmente dominante.

Na base desta concepção está uma outra, também expressamente formulada em nosso Programa, a saber: a de que o processo do país e a conquista de sua plena independência, de sua emancipação econômica só serão possíveis após a derrubada do "atual" governo, caracterizado como expressão pura e simples do regime de latifundiários e grandes capitalistas

realistas norte-americanos.

Naturalmente, não se pode deixar de reconhecer que a existência do latifúndio e da dominação imperialista sobre alguns importantes setores de nossa economia e de nossa vida política e social constitui o principal obstáculo ao livre desenvolvimento das forças produtivas no país. No entanto, parece-me que, em nosso programa, esta verdade parcial tem suas proporções exageradas, não se levando em conta outros fatores da realidade objetiva. Esta concepção, unida à incorreta avaliação das forças sociais em presença no mundo, e à focalização também errônea do problema do perigo de guerra levou-nos à conclusão de que o país não progride e de que se está transformando rapidamente em colônia.

Ai temos, a meu ver, um exemplo típico do subjetivismo em que nos encerramos. Em lugar de estudar atentamente os processos objetivos da vida real em nosso país, partimos de determina-

das teses teóricas e — sem mesmo indagar de sua veracidade ou falsidade — procuramos encaixar num esquema pre-estabelecido a realidade brasileira e os caminhos de seu desenvolvimento.

Hoje parece bastante claro, pelo menos a todos os que não quiserem ser cegos, que as afirmações do programa a respeito do desenvolvimento do país contêm graves erros. Não há mais dúvida de que o país pode desenvolver-se e caminhar rapidamente para sua independência sem uma prévia derrubada do "atual" governo, e não há mais dúvida simplesmente porque isto está acontecendo sob os nossos olhos. A necessidade de modificarmos nossas concepções programáticas é portanto patente, como patente é também que muito se pode avançar no sentido da independência e do progresso, bem como da própria modificação do governo, dentro dos quadros da atual Constituição. Parece-me que isto é da maior importância porque, se extirpamos de nossas cabeças a falsa idéia programática da necessidade irremovível de derrubar imediatamente o "atual" governo, nossa tática sofrerá fundas mudanças e permitirá a reunião de imensas forças dispostas a combater o imperialismo norte-americano e impulsionar o progresso do país. Passaremos a ter que apresentar soluções positivas para os problemas brasileiros e deixaremos de criar dificuldades para a unidade de ação em prol da independência, como por vezes tem ocorrido por estarmos imbuidos das mencionadas idéias programáticas que condicionam uma tática estreita, sectária e exclusivista.

Não seria, porém, suficiente, a meu ver, tornarmos-nos mais realistas e reconhecermos que o país se está desenvolvendo. É necessário, ainda, que levemos em conta certas particularidades bastante concretas desse desenvolvimento que o país atravessa.

Como é sabido, os países atrasados, sub-desenvolvidos, ao ingressarem no caminho do desenvolvimento econômico, necessitam utilizar a técnica moderna, o que exige grandes inversões, maiores mesmo que as que são necessárias nos países já avançados (nos países atrasados é necessário construir estradas, instalar os serviços públicos, formar quadros, construir as bases energéticas da indústria, etc — problemas esses já resolvidos nos países avançados). Estes fatores, e mais a necessidade de salvaguardar-se das imposições dos países avançados, fazem com que os países atrasados não possam tomar o caminho dos países capitalistas. Nas condições neles existentes o capital privado e a iniciativa privada, embora importantes, não podem fazer grande coisa. Isto faz com que os países atrasados

só possam desenvolver-se rapidamente na base de grandes inversões estatais.

É o que vem acontecendo no Brasil. O Estado brasileiro vem sendo a principal fonte de investimento nos ramos básicos da indústria. E isso se dá sob diversas formas: criação de monopólios de Estado (Petrobrás), criação de novas empresas (Paulo Afonso, Três Marias, Furnas, etc), participação do Estado em determinados empreendimentos ao lado do capital privado (sociedades mistas: SIVISA, USIMINAS, etc). Todas estas formas de inversão estatal, já presentes no passado, estão tomando grande impulso atualmente. E todas contribuem para criar um tipo de propriedade que não é mais a propriedade privada capitalista, mas o capitalismo de Estado, forma de desenvolvimento da propriedade social. Não representará isso um embrião de desenvolvimento socialista? Não são elementos de relações de produção não capitalistas que vão surgindo na economia brasileira, da mesma forma que está acontecendo na Índia, Birmânia, Indonésia, etc, países em que este processo já se encontra mais avançado?

A propriedade social representa um elemento inteiramente novo que vem surgindo nos sistemas econômicos nos últimos 50 anos. Ela é um avanço no sentido do surgimento da nova formação econômico-social, do socialismo. Se até hoje esse processo tem sido pouco estudado pelos comunistas, isso se deve a que o dogmatismo se enraizara de tal modo em nossas concepções que descartávamos os problemas novos, ou procurávamos interpretá-los segundo esquemas pre-estabelecidos. Este esquematismo, no entanto, é um entrave ao impulsionamento da marcha da humanidade para o socialismo. A propriedade social surge espontaneamente, é certo, mas o papel dos comunistas é estudar o fenômeno, imprimí-lo a consciência e acelerar o desenvolvimento desse fato de transformação progressista da sociedade.

O processo de surgimento e expansão da propriedade social é um dos fundamentos da diversidade de caminhos para o socialismo. A pressão do imperialismo para destruí-la (o caso da Petrobrás é um exemplo), deve despertar nossa atenção para a necessidade de lhe dedicarmos maior exame.

Se é verdade que a propriedade social vem crescendo no Brasil e que ela representa um fator de penetração de elementos do socialismo em nossa economia, o estudo das particularidades concretas que ela assume entre nós é um elemento indispensável para a definição dos caminhos de desenvolvimento do país. Nosso programa não levou em conta esse fato, o que também sugere, sem dúvida, a necessidade de reexaminá-lo profundamente.

Algumas Questões do Movimento Juvenil

SIMÃO GORENDER

A discussão dos problemas suscitados pelo XX Congresso do PCUS, iniciada pela imprensa democrática de todos os países, anuncia o despertar de uma nova era. O início, dessa discussão, também em nosso país, permitirá a libertação do pensamento marxista sobre os problemas brasileiros até então embotado pelas consequências do culto à personalidade. Iniciamos o presente debate com um atraso injustificável de 8 meses desde a realização do XX Congresso, com sérias consequências para toda a nossa atividade. O início da discussão foi como o romper das águas, durante longo tempo represadas; que hoje arrasta com sua força todos aqueles que tentam resistir-lhes, opondo-se de uma forma ou de outra à livre discussão dessas questões.

É fora de dúvida que os problemas discutidos no XX Congresso, pela sua significação interessam a toda a humanidade. Não se restringem apenas aos povos soviéticos. Os erros e crimes cometidos e agora denunciados abalaram e chocaram as fileiras do movimento democrático e socialista de todo o mundo. Onde são discutidos, onde é criticado com rigor tudo o que de mal e nocivo representou o culto à personalidade de Stálin, avançam as forças que tendem para o socialismo. É nisto, precisamente, que reside a importância histórica do Congresso dos comunistas soviéticos. Estamos de acordo com a afirmação de que esse Congresso foi o mais importante desde a morte de Lênin. Trata-se de desimpedir tudo o que é prejudicial à marcha dos povos na sua luta pela emancipação nacional e social. E quando isso se verificar, quando a história varrer de seu caminho todos os entraves, a marcha dos povos para o socialismo será muito mais rápida e menos penosa.

Por que, então, não se lançou à discussão com toda paixão, se é justamente a falta de discussão o pior entrave que impede uma justa solução para os nossos problemas? Por que ficar em querelas sobre a maneira como se processou a abertura da discussão quando o que queremos é discutir os problemas que a própria vida coloca como inadiáveis?

Só podemos compreender discussão livre quando sem limitações, quando se estimula o esforço coletivo, sem partir dos velhos esquemas e das velhas sistematizações. Fomos educados, durante anos, presos ao falso método de estudo que se resumia numa fundamentação ou interpretação os documentos consagrados oficialmente como «verdades absolutas». Qualquer esforço criador, que se opusesse às verdades sacramentadas era prontamente tolhido como heresia. Podemos ir mais longe: criou-se um misticismo em relação a certos problemas que não podiam e nem deviam ser abordados. Devemos nos sentir alegres e confiantes porque estas coisas estão começando a pertencer ao passado e devem rapidamente passar para o armazém de antiguidades. É claro que, com a concepção que tínhamos dos problemas partidários, éramos apenas um elo de uma corrente de transmissão de ordens e diretivas cuja função consistia em fazer assimilar e pôr em prática, sem análise crítica, e quando muito de maneira formal, as tarefas de cada momento. Nessas circunstâncias, quando a própria realidade tolhia nossos passos, cometia-se uma série de arbitrariedades em nome da disciplina partidária. Disso resultou a formação dos pretensos super-homens, em quase todos os escalões, que se colocavam como donos da verdade, chegando mesmo a se tornar comum a nomeação de «donatários» para fazer prevalecer a ferro e fogo as diretrizes «baixadas» e outra não foi a nossa função senão — tal como a Bíblia — Pregar dogmas e mandamentos.

Há ainda quem pense que o debate livre leva à quebra da unidade e da disciplina entre nós. Muito pelo contrário. As duas coisas se combinam. Só é possível fazer prevalecer o centralismo democrático e a disciplina quando prevalece também, de fato, a democracia interna. As questões partidárias só ganham força quando contam com o apoio consciente e não formal da esmagadora maioria dos militantes e quando correspondem a uma realidade objetiva. O próprio praticismo em nossas fileiras tinha como causa o culto à personalidade — para que estudar de maneira criadora, para que analisar com espírito crítico, se as objeções e críticas eram barradas por muros intransponíveis, se periodicamente nos alimentávamos com os «pratos feitos»?

Portanto, este é o momento de debater, de discutir e chamar a todos para a discussão. É inclusive dever de comunista que preza a sua dignidade de revolucionário, de fiel servidor da classe operária e de nosso povo.

Não devemos bitolar o debate nem sistematizar o que deve ou não ser discutido. Tanto nos interessam os problemas internacionais como os problemas que dizem respeito à nossa atividade, como por exemplo, uma revisão do Programa, ao qual a vida já impôs modificações de conteúdo. O que estiver errado será posto à margem pela sabedoria coletiva partidária e a própria vida se encarregará de pôr em evidência os problemas mais importantes.

Quando tudo é revisto e discutido, esse é também o momento oportuno, sobretudo para os jovens comunistas, de rever tudo o que diz respeito à vida e à atividade da União da Juventude Comunista.

Quais as consequências do culto à personalidade nas atividades da U. J. C.?

A U. J. C. constitui uma forma tática de organização de vanguarda da juventude, através da qual, o partido aplica sua orientação política junto às massas juvenis. É discutível a justiça da reorganização da U. J. C. em 1950. Ela não será, porém, em seus moldes atuais, fruto do dogmatismo, isto é, uma cópia do partido e de organizações juvenis de outros países, mas que não corresponde à situação real da juventude brasileira?

A realidade é que, em seus seis anos de existência, a U.J.C. não cumpriu o seu papel, não se firmou como organização unificadora e organizadora da juventude brasileira, ainda que os seus militantes tenham desenvolvido uma atividade destacada nos movimentos patrióticos e democráticos, revelado coragem e abnegação nas campanhas eleitorais, concorrendo assim para vitórias importantes de nosso povo.

Durante esses seis anos pouco ou quase nada se discutiu acerca do trabalho juvenil. Hoje, entretanto, quando se procura solução para os problemas que a vida nos impõe, será que a atual U. J. C., pelo seu caráter, pela sua estrutura, pelos seus métodos, pelos seus objetivos, se enquadra na realidade brasileira?

Qual a realidade da juventude brasileira? Existe um movimento juvenil no Brasil?

Estas são algumas questões que devem surgir no debate sobre o movimento juvenil em nosso país, procurando com esforço de pesquisa e sem o sentimentalismo pelo passado encontrar uma justa tática, justos métodos de organização que possibilitem a unidade da juventude brasileira na luta pela conquista de dias mais felizes.

Problemas da Construção Socialista na China

(CONCLUSÃO DO INFORME DE LIU CHAO-CHI AO VIII CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA)

IMPORTANCIA DO ESTUDO DA EXPERIÊNCIA

SUPERAR O SUBJETIVISMO

Apesar de o Partido haver acumulado até 1934 uma rica experiência, seus quadros dirigentes da época não fizeram um estudo real dessa experiência. Embora tenham por diversas vezes rejeitado a linha errônea, só se limitaram na realidade a condenar os dirigentes que haviam cometido erros, não analisaram devidamente esses erros e suas raízes gnoseológicas, e, por conseguinte, não puderam ajudar os quadros do Partido a elevar seu nível de consciência. Os oportunistas de «esquerda» a cuja frente estavam os camaradas Van Min, Bo Gu e outros, que dominaram o Partido principalmente de 1931 a 1934, não só não aprenderam com os erros na realização das linhas anteriores mas também permitiram, por força de suas concepções dogmáticas e estilos de trabalho profundamente mandonistas que os erros subjetivistas e sectários chegassem a proporções incríveis na história do Partido. De modo algum levavam em conta a situação real das classes no país, não prestavam atenção à correlação objetiva entre as suas próprias forças e as forças do adversário, seguindo uma orientação profundamente aventureira tanto no sentido político como no militar. Quanto à vida interna no Partido, aboliram totalmente a democracia interna e desenvolveram uma luta interna demasiada dentro do Partido. Sua direção errada acarretou uma séria derrota na luta revolucionária e a perda de quase 90% do Exército Vermelho e das bases revolucionárias de apoio, a derrota quase completa das organizações do Partido existentes nas regiões em que o Kuomintang dominava e das organizações revolucionárias dirigidas pelo Partido.

Após 1935 surgiu outra situação. A reviravolta verificada no Partido em 1935 foi no fundo o resultado de que a maioria dos quadros superiores do Partido havia aprendido com as derrotas, adquirido experiência e elevado seu grau de consciência. Depois disso, porém, o C. C. do Partido de forma alguma impôs penalidades sérias aos camaradas que haviam cometido erros, continuando a indicá-los para os postos dirigentes correspondentes, esperando pacientemente e ajudando-os realmente a ter consciência de seus erros. A par disso, o C. C. do Partido ajudava sistematicamente os quadros de todo o Partido a compreender gradativamente a tese marxista-leninista sobre a união entre a teoria e a prática e a tese da correspondência obrigatória de nossas idéias subjetivas à realidade objetiva.

Grças a um considerável esforço no trabalho ideológico e orgânico a causa do Partido desenvolveu-se rapidamente. Para prestar ajuda a todos os quadros do Partido, inclusive aos camaradas que haviam cometido erros, o estudo consciencioso da experiência histórica acumulada pelo Partido, na assimilação dos métodos certos de pensar e de trabalhar, o que visava a reduzir o número dos erros no trabalho, o C. C. do Partido durante 7 anos após a conferência em Tzuni desenvolveu em todo o Partido o célebre «Movimento pela correção do estilo», orientado contra o subjetivismo, o sectarismo e os esquemas padronizados do trabalho do Partido, organizando os quadros para que eles durante esse movimento, partindo de posições, concepções e métodos marxistas-leninistas, fizessem uma verificação cuidadosa em sua ideologia e trabalho, e também uma análise da direção exercida pelo Partido no sentido ideológico, político e orgânico e desenvolvesse uma profunda crítica e auto-crítica. Graças a isso elevou-se realmente o nível de consciência marxista de muitos quadros, sua capacidade de fazer distinção entre aquilo que era certo e errado dentro do Partido. Muitos quadros reconheceram o erro de dogmatismo, que se traduzia no desligamento em relação à realidade — e o erro do empirismo — o desligamento da teoria, — e eles aprenderam o estilo da ligação com as massas, o estilo da pesquisa e do estudo, o estilo de abordar uma questão de maneira prática. Tanto dentro do Partido como fora dele seu trabalho começou a corresponder mais à realidade objetiva.

A experiência acumulada pelo nosso Partido, a que nos referimos acima, confirma plenamente que a superação do subjetivismo na consciência é importantíssima chave para conseguir-se o desenvolvimento eficiente do trabalho do Partido e para evitar-se grandes erros.

Nas concepções e na atividade de nossos quadros continuam a existir ainda hoje sérios erros subjetivistas que poderiam ser evitados e que causam grandes danos a nosso trabalho. Estamos hoje em novas condições, e as tarefas que se nos apresentam também são novas. Temos que resolver toda uma série de problemas mais complexos, não existentes anteriormente. Nessas condições, se não elevarmos por todos os meios o nível de consciência marxista-leninista, se não dominarmos novos conhecimentos, se não estudarmos profundamente novas especialidades e nos contentarmos com o elogio às vitórias já alcançadas, teremos fatalmente como resultado o desenvolvimento de erros subjetivistas. A par disso, numerosos novos membros que se incorporaram a nosso Partido ainda não adquiriram a necessária tempera marxista-leninista e se podem tornar facilmente focos de subjetivismo e de dogmatismo.

Para lutar com eficácia contra o subjetivismo é necessário elevar sistematicamente o nível marxista-leninista em nosso Partido, é necessário antes de tudo que os quadros e sobretudo os quadros superiores intensifiquem sistematicamente o estudo do marxismo-leninismo para que possam assumir posições, concepções e métodos marxistas-leninistas para analisar e resolver as questões da vida prática, elevem sua capacidade de orientar-se em condições complexas e de encontrar a verdade, e também aprendam a empregar a teoria marxista-leninista ao estudo e generalização da experiência de seu trabalho e encontrar nessa experiência as leis que regem o desenvolvimento dos fenômenos concretos. Em segundo lugar, intensificar a educação das amplas massas de novos membros do Partido no espírito da unidade entre a teoria e a prática para que gradativamente compreendam as posições, o estilo e os métodos do marxismo-leninismo, assimilem os conhecimentos básicos decorrentes das teses gerais do marxismo-leninismo, da história do Partido e da situação atual na edificação do socialismo em nosso país, e compreendam o dano causado pelo subjetivismo — tanto o dogmatismo, como o empirismo; é particularmente importante que os intelectuais, novos membros do Partido, compreendam o mal do dogmatismo. Em terceiro lugar, é necessário intensificar o trabalho teórico no Partido. Devemos sem tardança concentrar esforços para ajudar os sábios que estudam o marxismo-leninismo e que se encontram tanto no Partido como fora dele, a fim de que estudem os problemas mais importantes e a experiência básica das transformações socialistas e da edificação do socialismo em nosso país, as questões internacionais atuais, as teses básicas do marxismo-leninismo. Devemos ajudar também os setores da ciência estreitamente ligados a esses problemas para que seu trabalho de pesquisa científica corresponda às exigências inadiáveis do trabalho prático do Partido atualmente, às exigências da educação marxista-leninista das amplas massas de membros do Partido e da juventude e ao espírito da unidade entre a teoria e a prática.

Com a finalidade de travar uma luta efetiva contra o subjetivismo é também necessário que tomemos várias medidas para melhorar o trabalho prático no Partido.

Todos os órgãos dirigentes do Partido devem intensificar consideravelmente o trabalho de pesquisas e de estudos da situação real. Todos os erros cometidos no trabalho do Partido durante os últimos anos — o conservantismo de direita, o avanço precipitado e o burocratismo estéril — resultaram do estudo inconsciente e errado da situação real e da generalização da experiência das massas. Entre apreciável número de militantes, assim como em alguns membros das instituições

oficiais a respeito dos quais já falamos, começaram a surgir estados de espírito que revelam presunção e auto-suficiência.

Esses militantes preferem encerrar-se dentro das quatro paredes das instituições, substituem a pesquisa pelo palavreado vazio e estabelecem diretrizes políticas partindo de suas idéias subjetivas; não desejam aprofundar-se entre as camadas inferiores, ouvir as opiniões das massas, controlar as decisões do Partido e na prática verificar a justiça dessas decisões, não desejam estudar com persistência tudo o que é novo e com acerto apoiar seu desenvolvimento. O Partido deve educá-los para que compreendam profundamente o mal causado ao trabalho por seu subjetivismo. O Partido deve ajudá-los a aprender a realizar conscienciosamente entre as massas o trabalho de pesquisas e de estudos da situação, ajudá-los a dominar o método de trabalho segundo o princípio «colher entre as massas e levar para as massas», e também ajudá-los a entender ser isto condição necessária para que possam continuar a exercer atividade de direção no Partido.

A DIREÇÃO COLETIVA

Para que a direção partidária corresponda à realidade objetiva e com a finalidade de facilitar a generalização da experiência e das opiniões das massas, e também para diminuir as possibilidades de erros em todas as organizações do Partido sem exceção, é necessário realizar de maneira consequente o princípio de direção coletiva e ampliar no Partido a democracia interna. As decisões sobre todas as questões mais importantes devem ser submetidas a debate amplo no coletivo correspondente, sendo que o exame dos diferentes pontos de vista deve ser feito numa atmosfera de discussão livre para refletir de maneira mais ou menos completa os diferentes pontos de vista das massas tanto dentro do Partido como fora dele, isto é, refletir de maneira mais ou menos concreta cada aspecto dos fenômenos objetivos e o processo de seu desenvolvimento. Todo dirigente deve saber ouvir pacientemente e meditar sem pressa nos pontos de vista que são opostos ao seu, sem vacilar em aceitá-los integralmente ou em parte se são sensatos, deve continuar a cooperar sinceramente com qualquer companheiro que de boa intenção e responsabilmente manifeste qualquer opinião oposta, e não deve em caso algum perseguir esse companheiro. Só assim a direção coletiva e a coesão dentro do Partido serão reais e não formais, e as organizações partidárias e a causa do Partido progredirão.

No projeto de novos estatutos para o Partido Comunista da China apresentado pelo Comitê Central dedica-se grande atenção ao problema da realização da direção partidária coletiva e à ampliação da democracia interna no Partido.

Ten-Hsiao-Ping dará explicações detalhadas a respeito do projeto e por isso não há necessidade de que me detenha a respeito. No projeto de estatuto há várias novas teses sobre os direitos dos membros do Partido e das organizações inferiores. O Projeto prevê que o membro do Partido tem o direito de revelar integralmente iniciativa criadora no trabalho e, em caso de não concordar com a decisão do Partido, incondicionalmente realizando essa decisão, manter sua opinião e encaminhá-la aos órgãos partidários dirigentes. O projeto estabelece que todas as questões de caráter local e as questões que exigem decisões das organizações locais devem ser por estas solucionadas para que as decisões correspondam às condições locais; além disso, o projeto prevê que se uma organização inferior considera que a decisão tomada por uma organização superior não corresponde à situação de fato em determinada região ou setor, deve solicitar à organização superior que modifique essa decisão. O projeto de estatutos também prevê a introdução do sistema de representação permanente para os Congressos Partidários de todos os graus, — a partir do distrito para cima, estabelece a realização de sessões do Congresso uma vez por ano. Tudo isso considerado em conjunto sem dúvida alguma contribuirá para elevar a atividade de todas as organizações e membros do Partido.

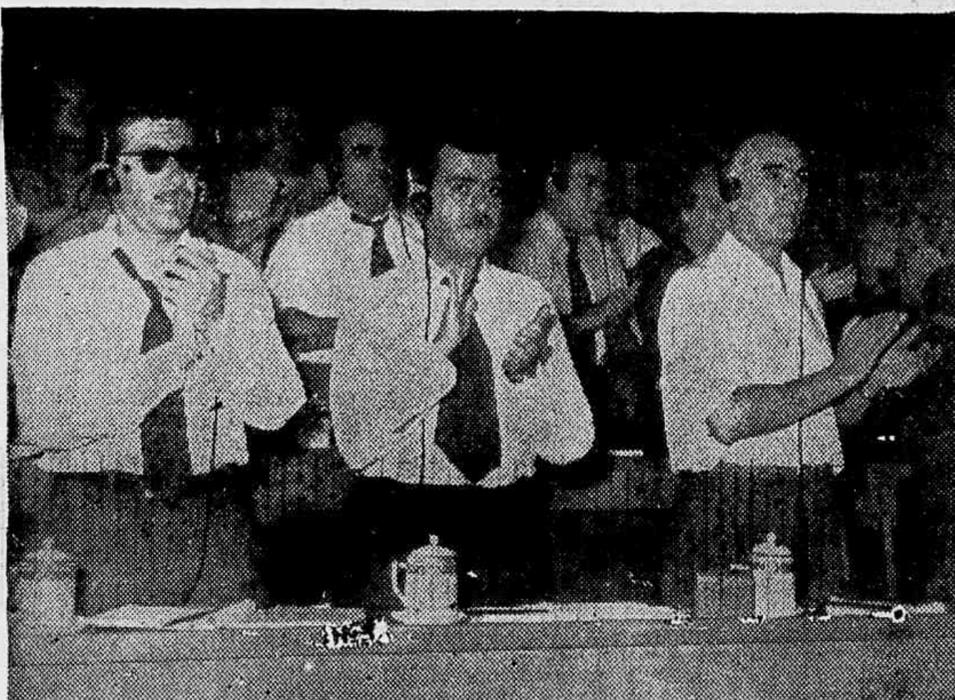
A DEMOCRACIA FORTALECEU O PARTIDO

É claro que a ampliação da democracia interna no Partido não enfraquece, e sim, ao contrário, reforça o centralismo do Partido; o desenvolvimento da iniciativa criadora dos membros do Partido não enfraquece, mas, ao contrário, reforça o espírito de disciplina em suas fileiras. Ao mesmo tempo, o princípio de direção coletiva em nosso Partido de forma alguma nega a necessidade da responsabilidade individual e o importante papel dos dirigentes; ao contrário, é garantia de que o dirigente poderá de maneira plenamente justa, e mais eficaz, revelar seu papel pessoal. Todos nós sabemos que o chefe de nosso Partido, o camarada Mao Tsé-Tung, representa o papel de grande timoneiro de nossa revolução e goza de elevada autoridade em todo o Partido e entre todo o povo, não só porque combina com perícia a verdade universal do marxismo-leninismo à prática concreta da revolução chinesa, mas também porque é inabalável sua fé nas forças e na sabedoria das massas, mantém a «linha das massas» no trabalho partidário e defende firmemente os princípios de democracia partidária e de direção coletiva.

A atitude justa para com os camaradas que cometeram erros é uma das condições necessárias para que o Partido possa dirigir com acerto.

Impor uma severa penalidade a companheiros que tenham cometido erros e até mesmo excluí-los do Partido — é muito fácil fazê-lo. No entanto, se não resolvermos os problemas ideológicos que motivaram os erros, então uma penalidade severa não só não pode garantir o Partido contra a repetição dos erros anteriormente cometidos, como até mesmo pode acarretar erros ainda mais sérios. A partir de 1927, quando em nosso Partido dominava a linha oportunista de esquerda, quando se empregava na luta interna do Partido o método da «luta implacável» e do «golpe implodido» teve origem uma situação em que no Partido se tornou impossível fazer distinção entre a verdade e o erro. A vida partidária se tornou morta. A força

Em uma das sessões do VIII Congresso do Partido Comunista da China participam dos trabalhos os delegados fraternais. Na frente, da esquerda para a direita, M. Terrazas, chefe da delegação do P. C. do México, Pedro Saad, Secretário Geral do P. C. do Equador, e Gerônimo Arnedo Alvarez, chefe da delegação do P. C. da Argentina. (SIN-HUA).



Problemas da Construção Socialista na China

(CONCLUSÃO DO INFORME DE LIU CHAO-CHI AO VIII CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA)

vital do Partido debilitou-se e um sério dano foi imposto à causa do Partido.

Depois que o C.C. do Partido, chefiado pelo camarada Mao Tse-Tung, corrigiu os erros cometidos por força da linha oportunista seguida pelos camaradas Van Min, Bo Gu e outros, pôs-se fim à forma errônea de luta interna no Partido.

A LUTA INTERNA NO PARTIDO

Na luta interna no Partido é preciso antes de tudo estabelecer uma estrita delimitação entre as questões do que está certo e do que está errado dentro do Partido e as questões relativas aos contra-revolucionários, renegados e outros saboteadores que penetram em suas fileiras.

Em relação aos elementos contra-revolucionários e aos renegados que penetram nas fileiras do Partido e que se entregam tenazmente a atividade cisionista e de sapa dentro do Partido, e demais elementos incorrigíveis e moralmente degenerados o Partido deve tomar posição firme e expulsá-los de suas fileiras. Em nossas fileiras realmente penetraram contra-revolucionários e outros elementos perniciosos. Já em certo grau limpamos o Partido desses elementos. Continuaremos a dedicar atenção para barrar-lhes o caminho e nos livrarmos deles. Os fatos revelam, porém, que esses elementos constituem apenas minoria insignificante. Depois que o Partido começou a dirigir o poder estatal, no Partido tornaram-se frequentes, até certo ponto, fenômenos como dilapidação, transgressão das leis de disciplina e decomposição moral; é necessário pôr fim a fenômenos tão sérios com maior dureza. Realizamos luta de massa contra o peculato e a dilapidação, contra a violação das leis e da disciplina e depois dissolvemos o bloco anti-partidário de Kao Kang e Ya Chu-Chi, que haviam tentado apoderar-se da direção do Partido e do estado por meio de um complô. Devemos continuar a realizar regularmente a luta ideológica e tomar medidas disciplinares contra os fenômenos de decomposição, livrando sistematicamente o Partido dos elementos incorrigíveis e corruptos; em relação, porém, aos companheiros que cometeram erros no trabalho pela falta de compreensão de um problema, o Partido se orientou com decisão e continuidade pelo princípio de «punir pelo passado para edificar no futuro, curar para salvar o doente» e também pelo princípio de «ajudar a compreender os problemas ideológicos e alcançar a coesão com os camaradas», insistindo pela educação ideológica e não permitindo a aplicação irrefletida de penalidades. Firmando-nos em fatos e na procura da verdade é necessário criticar as concepções errôneas desses companheiros e analisar as causas de seus erros. A finalidade disso é ajudá-los visando à união futura com eles para o trabalho em conjunto. Apesar de que o camarada que tenha cometido no trabalho um sério erro deva ser submetido à penalidade correspondente ou transferido devidamente para outras funções, devemos no entanto ajudá-lo fraternal e pacientemente a corrigir seu erro visando a conseguir a unidade. Em última instância ao companheiro que tenha cometido erro — se o erro cometido pode ser corrigido dentro das fileiras do Partido e se ele próprio deseja corrigi-lo — é necessário oferecer a possibilidade de corrigi-lo, conservando-o no Partido, não se devendo nesse caso abusar dos direitos outorgados à organização e cominar penalidades que não correspondem à falta. E, ao contrário, se corrigirmos, por métodos simplesmente grosseiros, os erros de caráter ideológico, então não só não conseguiremos resolver as questões ideológicas, não só poderão ser repetidos os erros como também será inevitavelmente causado dano à atmosfera de fraternidade no Partido e até mesmo pode ocorrer a transformação de simples divergência em cisão orgânica.

Elevando a preparação e a consciência marxista-leninista, intensificando a pesquisa e o estudo da situação real, ampliando a democracia interna no Partido, melhorando a situação no domínio do trabalho orgânico e empregando um método justo de abordar os erros no trabalho, o Partido conseguirá forçosamente reforçar continuamente a coesão e a unidade em suas fileiras. Por sua vez, a coesão e a unidade no Partido, correspondem, de maneira absoluta, não só a seus próprios interesses mas também aos interesses de toda a classe operária e de todo o povo, porque o Partido é o núcleo dirigente de toda a classe operária e das massas populares em nosso país.

A UNIÃO ENTRE O PARTIDO E AS MASSAS

Devemos aglutinar sólidamente todo o Partido, justamente para com firmeza aglutinarmos, por sua vez, toda a classe operária e as massas populares em nosso país. A fonte

de todas as nossas forças reside justamente no fato de sabermos nos apoiar com firmeza na classe operária e nas massas populares. Com a finalidade de construir em nosso país um grande estado socialista podemos fazer o máximo de esforços para reforçarmos ainda mais a união entre o Partido e as massas.

As amplas massas de nosso país estão organizadas. As diversas organizações de massa constituem a necessária corrente de transmissão que liga o Partido às massas. Além das cooperativas acima mencionadas, organizadas pelos camponeses os sindicatos, as organizações juvenis e femininas, são as mais importantes organizações de massa.

Atualmente as organizações sindicais de nosso país, com 12 milhões de membros, representam importante papel na edificação do país. O Partido deve melhorar a direção exercida sobre os sindicatos e através deste elevar a classe operária de nosso país ao nível de uma classe organizada, consciente e possuidora de conhecimentos culturais e técnicos, e deve reunir estreitamente em torno de si as amplas massas dos operários. Por um lado, para edificação do socialismo, os sindicatos devem incorporar as amplas massas de operários — pelo método da persuasão e da educação e com a ajuda da anulação da emulação socialista e do movimento dos vanguardeiros da produção — à luta pelo contínuo aumento da produtividade do trabalho; por outro lado, os sindicatos devem zelar profundamente para que as massas tenham atividade política e, destacando o papel das massas na realização do controle, lutar audazmente contra todas as manifestações de burocratismo nas empresas: transgressão das leis e da disciplina, atentados contra os interesses das massas e indiferença para com suas condições de vida. As tendências para a violação de qualquer um dos dois aspectos dessa tarefa são erradas e devem ser extirpadas.

Em futuro próximo a denominação União da Juventude de Nova Democracia da China, com 20 milhões de membros, será mudada para União da Juventude Comunista da China. Graças aos esforços eficientes desenvolvidos pela União da Juventude durante os últimos anos, cresce sem cessar a força de choque do socialismo graças a nossos valerosos jovens operários, empregados, camponeses, cientistas, técnicos e intelectuais representando complemento considerável às fileiras do Partido. Sob a direção do Partido a União da Juventude, deve realizar de maneira ainda mais intensa, trabalho orgânico e ideológico entre os membros da União e as amplas massas da juventude e superar a deficiência em sua atividade que se manifesta quando certas organizações da União da Juventude não cuidam de usar métodos de trabalho que correspondam às peculiaridades da Juventude, e não usam os métodos de persuasão e de educação com a finalidade de impulsionar a atividade e a capacidade de iniciativa das amplas massas da juventude. Nosso Partido zela incansavelmente pelo movimento de libertação das mulheres e o apóia com firmeza, considerando a libertação total das mulheres como um dos objetivos fundamentais de nossa causa. As amplas massas de mulheres em nosso país ocupam lugar cada vez mais importante no trabalho industrial e agrícola e também em muitas outras profissões. As mulheres progredem rapidamente em diferentes

setores tornando-se bons quadros. O Partido deve continuar a apoiar sua aspiração ao progresso, ajudá-las a superar certas dificuldades específicas que têm que enfrentar em relação ao trabalho; ajudá-las a elevar sua qualificação prática; corrigir tanto dentro como fora do Partido as concepções falhas que se manifestam no desdém pela mulher, também dedicar atenção à consolidação da nova moral na sociedade e na família, moral que assegura a igualdade de direitos entre o homem e a mulher e a defesa da maternidade e da infância. A Federação Pan-chinesa de Mulheres Democráticas, com uma rede de organizações que se estendem por todo o país, é uma organização das amplas massas femininas. O Partido deve cuidar dessa organização, ajudá-la no trabalho e através dela fortalecer as relações entre o Partido e as massas femininas.

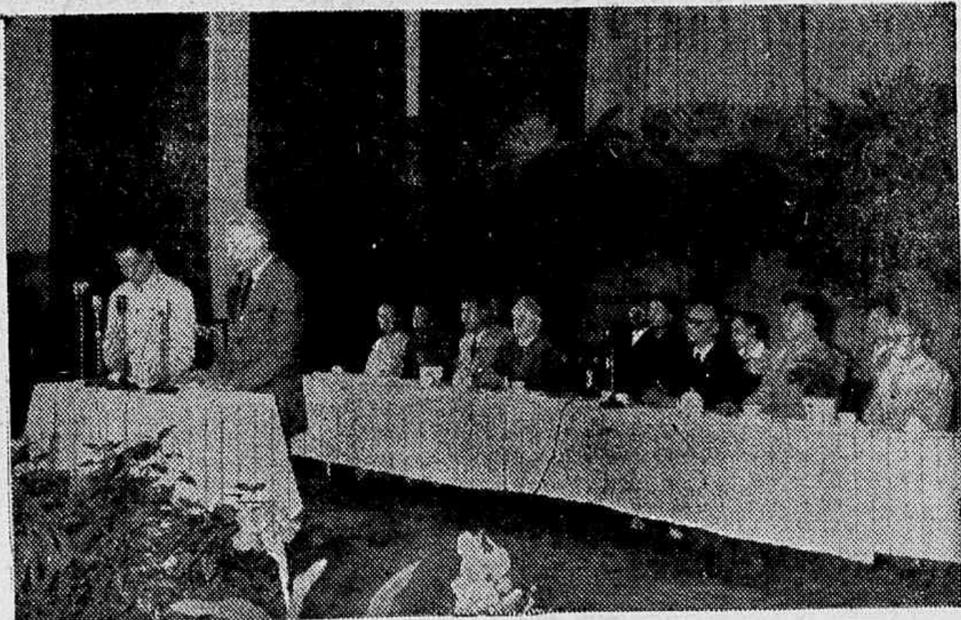
Com a finalidade de consolidar as estreitas ligações entre o Partido e as massas populares é necessário que continuemos a intensificar nosso trabalho entre todas as camadas da população; é necessário, em particular, educar com persistência todos os quadros e todos os membros do Partido no espírito de dedicação ilimitada ao povo. As principais características de um bom membro do Partido e de um bom dirigente traduzem-se no fato de conhecer bem as condições de vida e de trabalho do povo, de zelar pelas suas necessidades, e compreender seus pensamentos, ser modesto e trabalhador, participar das alegrias e das tristezas do povo, aceitar a crítica e o controle exercido pelo povo e não se mostrar auto-suficiente diante deste; consultar constantemente as massas que por sua vez estabelecerão de boa vontade com ele palestras cordiais. Se nosso Partido for constituído de comunistas deste tipo, sempre possuirá forças inesgotáveis, invencíveis.

Da mesma forma que dentro do país nos firmamos no apoio das massas populares, na arena internacional firmamos no apoio prestado pelo proletariado e pelos povos de todos os países. Sem a grande solidariedade manifestada pelo proletariado de todos os países e sem o apoio das forças revolucionárias internacionais o socialismo não poderá vencer em nosso país e, se a vitória for alcançada, será impossível consolidá-la se nos faltar esse apoio.

Devemos continuar a reforçar a solidariedade fraternal com os Partidos Comunistas e Operários de todos os países e, além disso, é necessário que continuemos a estudar a experiência acumulada pelo Partido Comunista da União Soviética e pelos Partidos Comunistas de outros países tanto na revolução como na edificação. Devemos manter uma atitude de amizade e de modéstia para com qualquer dos Partidos irmãos, devemos lutar com firmeza contra quaisquer manifestações de desvios perigosos que representem o chovinismo de grande potência e o nacionalismo burguês.

A revolução chinesa é parte da revolução proletária internacional. Todos os nossos êxitos contêm também os êxitos da luta que a classe operária e o povo trabalhador travam nos diferentes países, e o Comitê Central do Partido Comunista da China transmite sua gratidão sincera e sua saudação aos Partidos irmãos de todos os países e, por intermédio deles, à classe operária e ao povo trabalhador de todos os países afirmando que sempre poderão contar com nossa solidariedade.

Que todos os membros do Partido constituam sempre um todo coeso! Estaremos sempre unidos às amplas massas populares de nosso país, à classe operária de todos os países e aos povos de todo o mundo! Nossa grande causa do socialismo fatalmente vencerá e no mundo não há forças que possam impedir nossa vitória!



★
Max Reimann, 1.º Secretário do Partido Comunista da Alemanha, que participou como delegado fraternal dos trabalhos do VIII Congresso do P. C. Chinês, fala num comício de protesto contra a interdição do Partido Comunista da Alemanha, realizado em Pequim (SIN-HUA).
★

Voz dos Leitores

MELHORIAS SALARIAIS EM RIBEIRÃO PRETO

DO sr. Nazareno Cavatta, de Ribeirão Preto (S.P.) recebemos:

"Tem havido nas fazendas de café desta região algumas melhorias nos salários dos colonos e camaradas, devidas ao seu maior esclarecimento e aos aumentos salariais conquistados pelos trabalhadores das cidades.

Assim, na fazenda Santa Tereza os camaradas conseguiram a elevação dos seus salários de Cr\$ 35,00 para Cr\$ 63,00; na fazenda Guataporã, de Cr\$ 35,00 para Cr\$ 60,00 (colonos) e para Cr\$ 70,00 (camaradas), além de pagamento dos domingos; na fazenda São Martin, os salários foram aumentados para Cr\$ 106,00 por dia, inclusive para os homens da enxada; na fazenda Queiroz, paga-se 5 mil cruzeiros por mil pés de café e aumentou a plantação de cereais no meio do cafezal (esta fazenda, aliás, paga o melhor salário de Ribeirão Preto).

Esses fatos mostram que os trabalhadores do campo podem conseguir melhores salários e melhores condições de vida. Para isso, é indispensável que juntem seus esforços e se organizem nos sindicatos. Os colonos e assalariados de Ribeirão Preto estão reivindicando junto ao Ministério do Trabalho o reconhecimento do seu sindicato, a fim de que possam lutar com mais eficiência para melhorar a situação do homem do campo. Os papéis do sindicato estão no ministério do Trabalho desde 27 de setembro de 1955, há mais de um ano.

Os sindicatos rurais são necessários para os trabalhadores como é necessária a água que se bebe."



Carta de u'a Mãe de Salto Grande

"O sofrimento, a miséria e a exploração são três coisas que pesam sobre o trabalhador. Sou mãe de três filhos e meu marido trabalha na Companhia Construtora Nacional, uma empresa contratada pela CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais). Vivemos em completa miséria.

A CCN não tem a menor consideração pelos operários e não respeita os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho. O ordenado é miserável, mal dá para a comida. Para comprar roupas para nossos filhos, meu marido é obrigado a trabalhar até de madrugada e mesmo assim as horas extras não são pagas de acordo com a lei.

A CCN nega-se a pagar um simples salário a uma professora para ensinar os filhos dos operários aqui em Santo Antônio. Devido a isso, os meninos são transportados num camião para a escola, como se fossem sacos, quando não vão a pé."

(Carta da sra. Maria Silva da Conceição, de Santo Antônio (Salto Grande M. G.))

Greve Vitoriosa dos Têxteis Campistas

DO correspondente da VOZ em Campos (Est. do Rio), recebemos:

"Os trabalhadores da Fábrica de Tecidos Industrial Campista paralizaram completamente o trabalho no dia 6 de outubro, das 7,30 às 22 horas (dois turnos), reivindicando o pagamento por quinzena. Anteriormente, a empresa fazia os pagamentos por mês, mas depois de uma luta dos operários, os mesmos passaram a ser feitos nos dias 5 e 20 de cada mês.

A paralização

Nos últimos meses, os patrões começaram a atrasar os pagamentos, com o objetivo de voltar ao pagamento mensal. Diante disso, os operários resolveram coordenar medidas para manter o salário quinzenal. No dia 5, como não saiu o pagamento, deliberaram fazer uma paralização de protesto e só voltar ao trabalho com o salário no bolso, o que aconteceu no dia seguinte.

A primeira seção que parou foi a da fábrica nova, às 7 horas. Imediatamente, os trabalhadores das outras seções solidarizaram-se e às 7,30 horas a fábrica estava totalmente paralizada.

Assembléia

Em seguida os operários solicitaram ao presidente do Sindicato a convocação de uma assembléia, mas o sr. Francisco Peçanha recusou-se e tentou forçar os trabalhadores a voltar ao serviço. Esbarrando, entretanto, com a decidida firmeza dos operários e pressionado pelo restante da diretoria, ele decidiu convocar a assembléia, que foi realizada dentro mesmo da fábrica.

Ali, o presidente do Sindicato e o sr. João Batista dos Santos, delegado junto à Federação, tentaram convencer os operários a voltar ao trabalho sob o pretexto de que o protesto por mais de uma hora era greve, e a greve era ilegal. A essa atitude, os trabalhadores responderam vaiando-os, decidindo continuar com a paralização apoiados pelos demais membros da diretoria.

SITUAÇÃO DOS COLONOS NA FAZENDA SANTA BELAIR

"A fazenda Santa Belair, em Catanduva, tem mais de 2 milhões de cafeeiros. Ali trabalham mais de 300 famílias e, por mil pés de café, a fazenda paga Cr\$ 2.800,00 e entrega ao colono dois sacos de arroz (na verdade, dois sacos de quireras). A colheita é paga a Cr\$ 15,00 por saca de café.

Cada colono é obrigado a dar dois dias de serviço para a fazenda, por mil pés de café, consertando o manguieirão e roçando pastos. Para não pagar férias, o patrão obriga o colono a assinar uma papelada como se as tivesse recebido. No fim da colheita, manda o colono descansar 15 dias, mas exatamente na época que o mato endurece e o colono tem que empregar mais dias na canpa ou esparramação.

A fazenda, em nove sessões, tem uma só escola com trinta alunos, quando existem pelo menos 300 crianças em idade escolar. Numa das sessões só existe um poço para cada 6 famílias, velhos e sem caixão; em certas épocas, os colonos têm que buscar água a uma distância de 200 metros. As casas não têm nenhum conforto, nem instalações sanitárias, e algumas estão há mais de 10 anos sem reforma".

(Do correspondente da VOZ em Catanduva - São Paulo.)



Vitória

Resultou da assembléia que a diretoria do Sindicato foi encarregada de entender-se com a junta governativa, que prometeu fazer o pagamento no dia 8. O presidente do Sindicato, então, determinou que a segunda turma dos operários trabalhasse, mas estes responderam que continuavam parados em solidariedade à turma do dia.

Em vista disso, a fábrica só voltou a funcionar no dia 8 (segunda-feira). O pagamento foi feito na tarde deste dia e na manhã do dia seguinte.

Essa vitória causou profunda satisfação aos operários e veio aumentar a confiança em suas próprias forças e em sua unidade.

POSTA RESTANTE

JOAO PESSOA — O correspondente da VOZ na Capital paraibana enviou-nos duas reportagens que lhe foram remetidas dos postos agrícolas de São Gonçalo e de Condado, sem assinaturas. Devido ao caráter das mesmas — denúncias sobre negociações e furtos — e à prática jornalística de não publicar correspondências anônimas, deixamos de inseri-las em nossas páginas. Estamos, entretanto, dispostos a publicá-las, desde que fique comprovado serem verdadeiras as denúncias.

MIRANTE do Paranaíba (SP) — O sr. Leozino Batista Rodrigues enviou-nos uma notícia acompanhada de sua fotografia, pedindo-nos que publicássemos ambas. Infelizmente não pudemos atender seu pedido inteiramente, pois, como o sr. Leozino já deve ter observado, não temos o hábito de publicar fotografias dos nossos correspondentes. A notícia em apreço foi publicada sob o título "Ficaram na promessa", no nº 388.

MISERIA NO SERTÃO PARAIBANO

"Em todo o sertão do Estado da Paraíba os trabalhadores vivem numa situação de grande sofrimento e miséria, tanto nas cidades como no campo.

A maior parte da população camponesa trabalha nas terras dos latifundiários, no regime da meia e da terça, e quando termina a colheita, todo o lucro fica para os donos das terras, que não trabalharam.

Na zona sertaneja, a carestia já é quase igual à do brejo. Enquanto em João Pessoa um litro de leite custa Cr\$ 8,20, em Campina Grande e no sertão custa Cr\$ 5,00; os preços da carne e das frutas estão absurdos; há cidade sem iluminação elétrica, como Pombal e muitas outras.

FALECIMENTO

No dia 6 do corrente, faleceu o camarada Edésio Alves de Carvalho, com a idade de 44 anos. Antigo funcionário ferroviário e posteriormente trabalhador no comércio de calçados de João Pessoa, Edésio era um lutador pelas reivindicações populares e velho militante comunista.

(Do correspondente da VOZ em João Pessoa, Pb.)

TÊXTEIS DE JUIZ DE FORA VITORIOSOS PELA UNIDADE

Do correspondente da VOZ em Juiz de Fora (M. G.), recebemos:

"Uma experiência muito positiva da luta pelo pagamento do salário-mínimo foi dada pelos operários da Cia. Fiação e Tecelagem de Malhas Antônio Meurer, em Juiz de Fora.

Os patrões negaram-se a pagar o salário-mínimo a partir de 1º de agosto, o que causou grande descontentamento entre os operários (cerca de 1.000, nas 3 fábricas da cia.). Em vista disso, uma centena deles, representando os companheiros, foi ao sindicato na hora do almoço e discutiu o problema com sua diretoria. O presidente da entidade propôs a eleição de uma comissão de 4 membros para se entender com os patrões, o que foi feito. Na mesa-redonda os patrões, de início, recusaram qualquer acordo e começaram a se queixar de seus problemas: aumento do preço da matéria-prima, impostos, etc. A comissão, entretanto, retrucou que se a empresa tem dificuldades, os operários têm muito mais, pois precisam de salários para satisfazer as necessidades mais elementares, como comprar arroz e feijão e pagar aluguel.

Firmado um acordo

Em virtude da posição firme da comissão e da diretoria do sindicato, representada por seu presidente e secretário, os patrões propuseram o seguinte acordo: pagamento do salário-mínimo a partir de 1º de setembro; se os patrões perdessem o mandato de segurança impetrado pelos patrões contra a vigência do decreto a 1º de agosto, os operários receberiam também este mês.

Levada a proposta à assembléia do sindicato, foi ela aceita pelos trabalhadores.

Unidade no Sindicato

Também as costureiras, que trabalham em suas casas para a Meurer, estão iniciando um movimento para receber o pagamento do salário-mínimo. Este direito lhes é assegurado, pois elas são registradas como operárias da fábrica e não estão recebendo o mínimo.

Por outro lado, os operários da fábrica conquistaram uma importante vitória: o pagamento dos dias em que ficam parados por falta de força. Todas as fábricas de Juiz de Fora estão descontando esses dias, com exceção da Meurer, o que é fruto desta luta de seus operários.

Esses e outros acontecimentos estão despertando os têxteis da cidade para a importância do sindicato, que conta agora com uma diretoria de sua confiança. Na gestão da diretoria anterior, 300 operários pediram demissão de sua entidade, mas agora um número sempre crescente de trabalhadores procura o sindicato.

É necessário, agora, que os têxteis de Juiz de Fora sigam o exemplo de seus companheiros da Meurer e que façam do sindicato a fortaleza invencível para suas lutas e vitórias.

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável
Aydano do Couto Ferraz
MATRIZ:
Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual	Cr.\$ 100,00
Semestral	50,00
Trimestral	25,00
Núm. avulso	1,50
Núm. atrasado	2,00
Aérea ou sob registro	despesas a parte
Preço no R. G. S. Sta. Catarina e Paraná	2,00
Distrito Federal e São Paulo	1,50

SUCURSAIS:
SÃO PAULO — Rua dos Estudantes nº 84 s/ 29. 2º and. — Tel. 37-4983.
PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, nº 66, s/ 43.
RECIFE — Rua Floriano Peixoto nº 85 — 3º and. — s/ 326
FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, nº 1.248 — s/22 — Tel. 1-13-03.
SALVADOR — Rua Barão de Cotejipe, 67 — Edifício Zacarias, s/ 203 (Calçada).
JOAO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1º and. — Salas 3 e 4.
Enderço Telegráfico da Matriz e das Sucursais:
VOZ PÉRIA

REVOGAÇÃO IMEDIATA DO 9.070 PARA ASSEGURAR O DIREITO DE GREVE

O PROJETO AURÉLIO VIANA E O SUBSTITUTIVO JOAQUIM DUVAL — PODE-SE ACEITAR A REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO DE GREVE? — ATIVA PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES PARA A DEFESA DE UM DIREITO DE QUE NÃO PODEM ABRIR MÃO

Desde a promulgação da Constituição o decreto-lei 9070 se tornou ilegal por sua natureza (uma lei ditatorial do Estado Novo) e por seu conteúdo (supressão, na prática, do direito de greve, taxativamente assegurado entre as franquias constitucionais e, ainda, garantido em convenções internacionais assinadas pelo Brasil).

Entretanto, até hoje, 10 anos após a promulgação da Carta de 1946, este decreto-lei antipatrio se encontra mais ou menos em vigor, como arma em mãos de sucessivos governos para investirem, em diversas ocasiões, contra o direito de greve. A revogação do 9070 tem sido, por isso, uma reivindicação constante dos trabalhadores e de seus sindicatos. Esta reivindicação já foi, aliás, várias vezes levantada no Parlamento, inclusive através da apresentação de diversos projetos, até agora não votados.

DESDE 1949

O primeiro projeto sobre o assunto, de nº 1471-A-1949, foi apresentado há sete anos, sofrendo uma tramitação demorada, com emendas e substitutivos, em diversas comissões da Câmara dos Deputados. Em 1955 o deputado socialista Aurélio Viana apresentou o projeto nº 84, que posteriormente suscitou um substitutivo do deputado Joaquim Duval, seu relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Essas duas proposições poderão ser votadas, ainda na presente legislatura. Urge que os sindicatos e todos os trabalhadores tomem conhecimento delas, pois está em jogo o sagrado direito de greve.

O PROJETO AURÉLIO VIANA

O projeto Aurélio Viana (nº 84) parece-nos dos mais razoáveis e assegura, efetivamente, o direito de greve. Trata dos principais aspectos da deflagração, do desenvolvimento e finalização da greve. Este direito é assegurado a todos os trabalhadores, organizados ou não, mas a decisão de greve deve ser tomada, sempre, em assembleias sindicais ou reuniões de empresas. O artigo 8 estabelece os tipos de greves justas: econômicas, simbólicas e de solidariedade. O art. 5º assegura imunidades aos delegados da greve, o direito à constituição de piquetes, a propaganda e a coleta de fundos para o movimento.

O projeto estabelece ainda que as greves deverão ser comunicadas com um prazo de 48 horas de antecedência aos empregadores, DNT ou delegacias regionais do Trabalho. Se não houver resposta satisfatória dos empregadores, haverá greve justificada. O projeto condena «as denegações» e estabelece, em princípio, punição às autoridades policiais que impeçam o livre exercício da greve. O projeto revoga, automaticamente, o decreto-lei 9070.

INACEITÁVEL O SUBSTITUTIVO JOAQUIM DUVAL

Já o substitutivo Joaquim Duval estabelece tais discriminações que anulam, na prática, o direito de greve nos seto-

res fundamentais da indústria. Retira este direito aos empregados em autarquias industriais que estiverem submetidos ao regime do funcionalismo público ou extranumerários da União (Central do Brasil etc.) A greve deixa de ser legal quando os grevistas recusarem propostas dos tribunais do trabalho, quando se verificar «em indústrias básicas», quando se cometerem «coletiva ou individualmente» denegações, quando for impedido «através de violência ou coação» o trabalho dos furagrevos. É evidente que, com semelhantes ressalvas, basta uma simples ação provocativa da polícia ou dos patrões para tornar ilegal qualquer movimento grevista. Além disso, o projeto atribui ao Estado Maior simples ação provocativa da polícia ou dos patrões para tornar ilegal qualquer movimento grevista. Além disso, o projeto atribui ao Estado Maior das Forças Armadas o direito de estender a qualquer indústria o conceito de «atividade básica» na qual não existe o direito de greve.

Há muitos outros aspectos negativos do substitutivo Joaquim Duval, mas os já apontados, por si sós, mostram que ele é inaceitável para os trabalhadores.

REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO DE GREVE?

Poder-se-ia discutir da conveniência ou não de uma regulamentação do direito de greve, pois regulamentar um direito já é, na verdade, restringi-lo. De um ponto de vista ideal, bastaria a revogação pura e simples do 9070 e o acatamento do art. 158 da Constituição que estabelece o direito de greve. Mas a verdade é que, nas condições atuais do país, aqueles direitos constitucionais que não têm nenhuma regulamentação passam a depender do arbítrio das autori-

dades muito mais que os fixados em leis complementares.

Justamente por isso, travando a luta pela revogação imediata do 9070, grande número de líderes sindicais se inclinam a aceitar um projeto de regulamentação no estilo do apresentado pelo deputado Aurélio Viana — projeto que pode ainda ser melhorado com a intervenção dos próprios trabalhadores e de seus sindicatos mobilizados em vasto movimento para assegurar efetivamente o direito de greve.



Na Confederação Nacional do Comércio reuniram-se a semana passada líderes sindicais cariocas para tratar da campanha pela imediata revogação do 9 070.

Reclamam Aumento de 60%, os Trabalhadores de Energia e Gás

Mais de 500 trabalhadores da Light, do setor de energia elétrica e do gás reuniram-se, no dia 19, em movimentada assembleia para dar início à campanha por aumento de salários daquela corporação.

A assembleia, que evidenciou o espírito de unidade dos trabalhadores, tomou, por unanimidade, importantes resoluções.



Mais de 500 trabalhadores participaram da assembleia do pessoal da energia elétrica e do gás

GRANDE VITÓRIA DOS TRABALHADORES EM INFLAMÁVEIS OS 30% DE ADICIONAIS

FOI ASSINADO pelo presidente Kubitschek a regulamentação do direito à remuneração adicional para os que trabalham permanentemente em contacto com inflamáveis, em condições de periculosidade. O decreto estabelece que os trabalhadores em inflamáveis têm direito ao adicional de 30 por cento sobre seus salários, desde 23 de setembro de 1955 (data em que entrou em vigor a lei nº 2.573).

PERICULOSIDADE

O trabalho em condições de periculosidade, segundo o decreto, é o de transporte, carga e descarga de inflamáveis, reabastecimento de aviões, caminhões-tanques e postos de serviço, enchimento de latas e tamboras, serviços de manutenção e operação no qual o empregado fique em contacto com inflamáveis ou em recintos onde são os mesmos

armazenados ou manipulados e nos veículos em que são transportados.

O decreto considera inflamável toda substância combustível que se inflame ao mais rápido contacto com qualquer chama; considera contacto permanente o resultado da prestação de serviços não eventuais com inflamáveis, e periculosidade como o risco inerente ao trabalho não eventual com inflamáveis (mesmo decorrente de falhas ou defeito no sistema de segurança).

VITÓRIA IMPORTANTE

Em geral, o decreto foi recebido como uma grande vitória dos trabalhadores em inflamáveis, que por ele lutam há anos. Nessa luta, conseguiram que não fossem transformados em lei dois

projetos elaborados pelos ministros Alencastro Gubner e Parsifal Barroso, contrários aos interesses dos trabalhadores. Nesse sentido, a inclusão do cálculo do adicional sobre o salário diário, semanal, quinzenal ou mensal, assim como seu pagamento no caso de trabalho noturno ou extraordinário (além de salário normal e extra), são aspectos positivos do decreto e pelos quais lutavam os trabalhadores.

Por outro lado, não foi bem recebida pelos mesmos a cláusula que encarga os empregadores da delimitação das áreas perigosas, AD REFERENDUM da Divisão de Higiene e Segurança do MTIC, o que abre uma brecha no decreto para a sonegação de direitos pelos patrões desonestos.

TRABALHADORES DA BRAHMA REIVINDICAM AUMENTO

Os trabalhadores da Companhia Cervejaria Brahma estão empenhados, atualmente, na luta por 30 por cento de aumento sobre os salários vigentes. Nesse sentido, realizaram concorrida assembleia na semana passada, em seu sindicato, quando surgiu e foi aprovada a tabela citada, após vivos debates. Este movimento tem características especiais, pois está em vigor, até princípios de 1957, um acordo salarial firmado entre empregados e empregadores. Preterindo a necessidade de aumentar os salários de seus trabalhadores, a Brahma conseguiu da COFAP uma elevação nos preços de seus produtos, em agosto, depois do que não aumentou os salários.

INSALUBRIDADE

Os trabalhadores da Brahma têm inúmeras reivindicações no que se refere às condições do trabalho e à insalubridade. O trabalho é dividido em várias seções, cada uma com problemas específicos: uma gelada, outra quente, outra úmida, etc. Isso exige que a empresa forneça a devida proteção aos trabalhadores (o que não acontece) e paguelhes a taxa de insalubridade (o que não é obedecido, como em relação ao pessoal da chamada "mina").

Na "mina" — onde se engarrafa a cerveja — os operários reivindicam a instalação de um chuveiro quente, pois trabalham sob calor excessivo. O trabalho ali oferece perigo, já que frequentemente explodem garrafas.

TRABALHO NO GELO

Na adega, os operários trabalham no gelo e não recebem nenhuma vestimenta protetora. Para proteger as pernas, amarram maços de papel em volta das mesmas, mas até o papel está sendo negado pela empresa. Os operários estão reivindicando da Cia. o fornecimento de cuecas de lã para enfrentar o frio.

Outra reivindicação é o aumento do tempo destinado ao café, quando deixam o trabalho normal e vão pegar no extraordinário. A empresa concede, para isso, apenas 15 minutos, que são insuficientes.

REIVINDICAÇÕES

Entre as reivindicações aprovadas figuram:

- 1 — Aumento de 60 por cento para todos os associados, mais o repouso semanal remunerado; 2 — elevação do abono de Natal (atualmente de 2.000 cruzeiros) nas seguintes bases: para empregados com até 5 anos de casa — 3.000 cruzeiros; de 5 a 10 anos — 4.000 cruzeiros; com mais de 10 anos — 5.000 cruzeiros; 3 — adicional de Cr\$ 30,00 por ano de serviço para os trabalhadores com mais de 5 anos de serviço; 4 — compromisso da empresa em não utilizar o método das demissões em massa após a conquista do aumento salarial; desconto de 50 por cento nas contas de luz e gás; 6 — abono provisório de Cr\$ 3.000,00 até que seja firmado o acordo.

DENÚNCIAS

Durante a assembleia foram denunciadas arbitrariedades que a Light vem praticando, tais como o sistema de «teto» para os salários de seus empregados, as demissões em massa para evitar que os trabalhadores gozem de estabilidade, o sis-

tema de fiscalização e exploração adotado nos escritórios centrais, as transferências sumárias de trabalhadores, obrigando-os a executar serviços incompatíveis com as suas funções, etc.

CAMPANHA UNITÁRIA

Foi decidido que a diretoria do Sindicato entrará em entendimentos com os sindicatos do mesmo grupo do Rio e São Paulo para que a campanha reivindicatória seja conduzida de forma unitária. Foi fixado um prazo de 15 dias para que a Light se pronuncie sobre as reivindicações apresentadas.

Outras resoluções da assembleia: telegramas à Câmara Federal de apelo à prorrogação da atual lei do inquilinato e solicitando a aprovação imediata do projeto que regula o aumento das aposentadorias e pensões; voto de louvor à atual diretoria pela construção, em anexo à sede do sindicato, de uma clínica dentária em cujo prédio serão alojados, também os associados do Estado do Rio que transitarem por esta Capital a serviço do Sindicato.

Suprime Importantes Conquistas dos Trabalhadores o Projeto (Ora na Câmara) Sobre o Trabalho Rural



REGULAMENTAR a aplicação, nas condições da agricultura, da Consolidação das Leis do Trabalho e de toda a legislação que assegura as conquistas sociais dos trabalhadores, é uma necessidade inadiável. Esse foi o objetivo do projeto enviado à Câmara, em abril de 1954, pelo presidente Vargas. Esse, também, o objetivo que se proclama ser do projeto de lei sobre o trabalho rural, atualmente em vésperas de discussão no Palácio Tiradentes. O que ocorre, no entanto, é que, a pretensão de regulamentar sua aplicação, o atual projeto suprime velhas conquistas dos trabalhadores rurais e ao exercício de outros direitos cria tantas dificuldades, estabelece tantas condições, que praticamente os limita a uma pequena minoria dos que trabalham no campo. Isso se revela a uma simples comparação entre o texto do projeto ora na Câmara e a legislação em vigor.

É o seguinte o artigo 76 da Consolidação das Leis do Trabalho: «salário-mínimo é a contra-prestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo o trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transportes». De acordo com este artigo, atualmente todos

os trabalhadores rurais têm direito ao salário-mínimo. Há algum tempo, certos fazendeiros pretenderam negar, «legalmente», este direito aos colonos, a pretensão de que eles não seriam trabalhadores rurais. Mas o Tribunal Superior do Trabalho, julgando o processo n. 4.035-54, firmou jurisprudência em contrário. Posteriormente a Justiça tem julgado outros processos no mesmo sentido.

Pois bem: o projeto ora na Câmara suprime o direito ao salário-mínimo aos colonos e a outras categorias de trabalhadores. Em seu artigo 3.º o projeto divide os trabalhadores rurais em várias categorias: a) — empregado; b) — colono ou contratista; c) — parceiro agrícola; d) — parceiro pecuarista. Além disso, no artigo 9.º, exclui o empregado e o tarefeiro da condição de empregado rural. Ora, no artigo 28.º (seção III), diz o projeto: «o trabalhador rural empregado tem direito ao salário-mínimo». Ficam, pois, sem esse direito, os colonos, empreiteiros, tarefeiros, etc., que constituem a esmagadora maioria dos trabalhadores do campo em nosso país. Como se vê, a pretensão de regulamentar a aplicação da CLT no campo, o projeto suprime a centenas de milhares de trabalhadores um direito inalienável que a CLT, no citado artigo 76, lhes assegura irretorquivelmente. Isso é, por fim, inconstitucional: a Constituição, em seu artigo 157, item

I, institui o salário-mínimo preceito obrigatório da legislação do trabalho.

Diz o artigo 129 da CLT: «Todo trabalhador terá, anualmente, direito ao gozo de um período de férias, sem prejuízo de respectiva remuneração».

Parágrafo único — As disposições deste capítulo aplicam-se aos trabalhadores rurais.»

O projeto atualmente na Câmara, no artigo 27 (seção IV) limita o direito ao gozo de férias ao trabalhador empregado, excluindo os colonos, tarefeiros, etc., isto é, a grande maioria dos trabalhadores rurais. Como se vê esta «regulamentação» da aplicação, no campo, do artigo 129 da CLT, acaba por excluir dos benefícios desse artigo a esmagadora maioria dos assalariados agrícolas. Também isso é inconstitucional: a Constituição, no item VII do artigo 157, estabelece o direito às férias anuais como preceito OBRIGATÓRIO da legislação do trabalho.

É verdade que o projeto em discussão no Palácio Tiradentes assegura ao empregado férias, desde que ele permaneça um mínimo de cento e cinquenta dias ao serviço do empregador. As férias serão de sete dias até vinte dias. Essa é uma grande vantagem, embora sujeita a certas limitações injustificáveis,

como, por exemplo, a de que só terá direito a vinte dias período, mais de seis faltas, justificadas ou não. Mas é uma vantagem limitada a minoria dos trabalhadores rurais. Pois só a minoria será incluída na categoria de empregado estabelecida no projeto.

O mesmo ocorre com o direito ao repouso remunerado que, pela lei n.º 605, é devido de férias o empregado que trabalhar doze meses para o empregador e não tiver, no (artigo 1.º) a todos os trabalhadores, inclusive (artigo 2.º) aos trabalhadores rurais. Mas o projeto em discussão na Câmara restringe esse direito (artigo 18.º) apenas ao trabalhador empregado, excluindo, portanto, do mesmo, os colonos, tarefeiros, etc., isto é, a maioria. Isso é, igualmente, inconstitucional: a Constituição, no item VI do artigo 157, estabelece que o repouso semanal remunerado e preceito OBRIGATÓRIO da legislação do trabalho. Como se vê, ao regulamento a aplicação, no campo, da lei n.º 605, o projeto retira os benefícios dessa lei a centenas de milhares de trabalhadores rurais.

Há, ainda, outros absurdos no projeto: um deles é a supressão do dispositivo existente nos substitutos ao artigo projeto 4.261, segundo o qual o desconto de habitação só poderia ser feito a um único morador de uma mesma habitação. De acordo com o atual projeto (artigo 25) se todos os membros de uma família forem empregados rurais e morarem em uma só casa, todos poderão sofrer descontos de aluguel em seus salários e o fazendeiro continuará «alugando» os barracos de sua fazenda a preço de apartamentos de capital.

Outro absurdo é a exclusão (artigo 9.º, item b) dos tarefeiros da condição de empregados rurais e, portanto, sua exclusão dos benefícios que a lei assegura aos empregados. Ora, nas condições da agricultura, são os chamados tarefeiros que executam a maior parte das tarefas agrícolas — tarefas que, em geral, obedecem a ciclos determinados (colheita, plantio, ensacamento, tratamento de frutos, limpeza ou preparo da terra, roçagem, coivaramento e queima das roças, etc.) e não tem caráter permanente, sendo realizadas em períodos de tempo mais ou menos curtos.

Aqueles trabalhadores rurais que prestam serviço a um mesmo empregador por períodos de um ano — os colonos — são, também, excluídos da categoria de empregados e expressamente (artigo 4.º) excluídos da maior parte dos benefícios no projeto.

As questões acima abordadas envolvem direitos essenciais, garantidos a todos os trabalhadores rurais pela legislação em vigor, especialmente pela Consolidação das Leis do Trabalho. Esses direitos são roubados à maioria dos trabalhadores pelo projeto ora na Câmara, a pretensão de regulamentar sua aplicação no campo. Os assalariados agrícolas e colonos não podem, evidentemente, concordar com isso.

IMPORTANTE PROJETO NA CÂMARA DE NEVES PAULISTA

A CÂMARA Municipal de Neves Paulista (São Paulo) deverá discutir um projeto do vereador Antônio Garcia Arnal, instituindo o «Serviço de Assistência Médica-Hospitalar ao Rurícola». O projeto determina que o município empregue, para a manutenção do Serviço, metade da verba destinada pelo parágrafo 4.º do artigo 15 da Constituição («A União entregará aos Municípios, excluídos os das capitais, dez por cento do total que arrecadar do imposto de que trata o n.º IV, feita a distribuição em partes iguais e aplicando-se pelo menos metade da importância em benefícios de ordem rural.»)

O vereador Garcia Arnal havia apresentado, ao V Congresso de Municípios do Estado de São Paulo, uma tese na qual propunha a instituição daquele Serviço, cuja necessidade justificou em fundamentado estudo.

Conferência Rural em Minas

SERÁ instalada no dia 15 de novembro a I Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Minas. Em vários municípios do interior mineiro já se realizaram assembléias e conferências preparatórias.

O Tema da Conferência prevê a discussão das seguintes questões, entre outras:

- 1 — direito de organização e reunião, liberdade para entrar e sair nas fazendas, inviolabilidade do lar e da correspondência, indenização de benfeitorias e danos causados às plantações;
- 2 — divisão e entrega aos camponeses das terras abandonadas, ou incultas, sejam elas pertencentes ao Estado ou não; direito de posse definitiva de terras ocupadas e cultivadas por posseiros ou ocupantes;
- 3 — financiamento, distribuição dos ágios, sementes, fertilizantes, inseticidas, maquinária agrícola, etc.

3.500 Cruzeiros

Por Mil Pés de Café em Tabatinga

OS NOVOS contratos com os colonos de café, em Tabatinga (São Paulo) e municípios vizinhos (Nova Europa, Itapolis, Ibitinga, Araraquara, etc.) estão sendo feitos a Cr\$ 3.500,00 por mil pés, apesar de, pelo salário-mínimo (Cr\$ 3.200,00) ser Cr\$ 12.800,00 o preço legal pelo trato de mil pés. As diárias previstas são, também, 50% abaixo do mínimo.

Ao mesmo tempo os fazendeiros em geral não permitem a plantação de gêneros alimentícios nas ruas do café, retirando aos colonos esse valioso auxílio à sua manutenção. Tudo isso ocorre enquanto os preços dos gêneros e utilidades sobem desenfreadamente, como se vê pelos seguintes exemplos: açúcar, Cr\$ 13,00 o quilo; feijão, Cr\$ 19,00; sal, Cr\$ 7,00; toucinho, Cr\$ 50,00; café torrado, Cr\$ 60,00; querosene, Cr\$ 7,00 o litro, etc.

(Do correspondente da VOZ em Tabatinga)

- 4 — contratos e arrendamento;
- 5 — cooperativismo, associações, sindicatos rurais;
- 6 — legislação social de amparo ao trabalhador rural; formas de pagamento no campo; seguro de acidentes de trabalho; salário igual para trabalho igual;
- 7 — serviço social rural;
- 8 — extensão da previdência social ao campo.

AS VANTAGENS DO PROJETO

O PROJETO sobre o trabalho rural tem, no entanto, aspectos positivos, cuja aprovação interessa aos trabalhadores rurais. Entre estes destacam-se:

- 1 — obrigatoriedade da carteira para todo trabalhador rural gratuidade dos serviços necessários à expedição das carteiras (artigo 10.º a 16.º, capítulo II, seção I). Pode-se considerar aceitável tudo quanto dispõe o projeto sobre expedição, assinatura e garantia de obrigatoriedade da carteira.
- 2 — garantia da jornada de 8 horas (artigo 17.º, capítulo II, seção II) A jornada poderá ser restringida ou ampliada, não podendo, porém, em cada semestre, exceder o número correspondente a 8 horas por dia. É garantido o pagamento com acréscimo da trabalho noturno (parágrafo único do artigo 21.º).
- 3 — garantia de aviso pré-

vio, em condições vantajosas para o trabalhador (capítulo IV, seção IV)

4 — garantia de higiene e segurança do trabalho, de proteção ao trabalho da mulher e do menor (capítulo II, seção V e capítulo III, seções I e II) Quanto à indenização, o projeto estabelece garantias aos trabalhadores rurais, embora esse direito esteja sujeito a tantas condições que será difícil ao trabalhador despedido ou que tenha rescindido seu contrato escapar de uma delas (capítulo IV, seção V).

Por fim, o projeto determina — e isso é uma importante vantagem — a realização, no prazo de seis meses, prorrogável por igual período, de um recenseamento dos trabalhadores rurais, na base do qual será elaborado pelo Executivo um projeto de extensão ao campo da previdência social.

Luta Organizada e Pacífica Contra o Aumento dos Transportes

OS ESTUDANTES cariocas não se detiveram envolvidos pelos provocadores lanternairos, que tentaram explorar o descontentamento e os justos protestos contra o aumento das passagens dos ônibus e lotações para promover desordens nas ruas do Rio.

Quando se tornou claro que o prefeito Negrão de Lima concederia um aumento nas passagens (afinal elevadas de 28% em média) intensificou-se, em certa imprensa a preparação psicológica visando a transformar o justo protesto popular em movimentos facilmente exploráveis pelos que procuram lançar o país na ilegalidade. A atitude serena dos estudantes desarmou a articulação da manobra e não permitiu que se cumprissem os propósitos golpistas.

Ante a manobra dos proprietários de ônibus, que se recusavam, ilegalmente, a pagar um aumento de salários concedido aos motoristas e trocadores pela justiça do Trabalho, sem aumento de tarifas, o que levou à greve dos trabalhadores, o governo municipal escolheu o caminho mais fácil: decretou o aumento das tarifas, atingindo a economia popular. Se bem que o aumento decretado o fosse em percentagens relativamente pequenas e que, além disso, as linhas tenham sido melhor divididas em seções, de modo a salvaguardar os interesses de centenas de milhares de pessoas que não fazem percursos

completos, o fato é que houve mais um aumento de preços, atingindo a toda a população que utiliza os ônibus e lotações. Justificam-se, pois, em face disso, o descontentamento e os protestos dos estudantes e trabalhadores. A decisão destes, no sentido de que a Comissão Permanente Contra a Carestia estude e apresente ao prefeito uma solução que melhor consulte os interesses populares, e lute por sua aplicação, contará, de certo, com o apoio de toda a população carioca.

Mas, ao lado disso, está claro que não se pode arrefecer a vigilância contra a insidiosa de provocadores golpistas, prontos a explorar todos os justos movimentos de protesto, todas as manifestações de legítimo descontentamento contra certos atos governamentais para tentar desvirtuá-los, transformando-os em pretexto para ações repressivas e ilegais. O objetivo — mascarado ou ostensivo — dos agentes do golpismo é levar o povo a aventuras sem solução legal, capazes de resultar em violações das liberdades constitucionais.

Os estudantes e o povo, que não abrem mão do direito — e do dever — de lutar contra todas as medidas prejudiciais aos seus interesses, revelaram que saberão fazê-lo organizada e pacificamente, não dando armas nem contribuindo para estimular a ação dos golpistas inimigos da democracia e dos interesses populares.

Uma Carta de «Notícias de Hoje» à VOZ OPERÁRIA

Nossos colegas de «Notícias de Hoje», de São Paulo, enviaram-nos a seguinte carta a propósito da abertura dos debates sobre o XX Congresso do P.C.U.S. e suas consequências:

«S. PAULO, 15 de outubro de 1956.

Caros colegas da VOZ OPERÁRIA

Queremos com esta carta expressar a nossa estranheza e o nosso profundo descontentamento pela suspensão, nas páginas de vosso combativo semanário, do debate que vocês mesmo iniciaram sobre as magnas questões suscitadas pelo XX Congresso do PCUS.

«Uma discussão que está em todas as cabeças», evidentemente não desaparecerá «por motivos supervenientes», ao contrário, se adivará, apaixonará cada dia maiores contingentes de democratas e patriotas, homens de todas as camadas da nossa população, que buscam caminhos mais venturosos

para o nosso querido Brasil.

A VOZ OPERÁRIA, publicação de vanguarda que grangeou pela sua firmeza e posição de combate o nosso mais profundo respeito, não pode furtar-se ao dever de contribuir para o debate, de abrigar em suas páginas as opiniões mais diversas, as críticas mais contundentes.

Certos de que os nossos confrades também alimentam o desejo ardente de uma discussão sem bitolas e sem constrangimentos, enviamos o nosso entusiástico e fraternal apoio à abertura da discussão com o artigo de João Batista de Lima e Silva, bem como a nossa crítica veemente à suspensão do debate, fato

que causou a mais danosa das repercussões.

Recebam os queridos amigos um abraço dos Redatores, repórteres, fotógrafos e demais funcionários de «Notícias de Hoje». Wolney Rabelo, Itamaraty Feitosa Martins, Luiz Gazzaneo, Pedro D'Angelo, José Duarte Pellegrino, Salomão de Melo, Edith Negraes, João Ferreira, Ari Ribeiro, Alfredo Obliziner, Vladimir Araújo, Sebastião Silva, Rui Pereira, Maria Ney de Chiochetto, Ricardo Olavo Bastos, Eliezer Strauch, Raniero, José Moura Filho, Cláudio Jimenez, José Albuquerque Carvalho (Diretor), Oscar Ferreira, Juvenil Vieira da Silva, H. Passos, A. C. Treme, Plínio Botelho, Dinorah Pinto Alvarez».

LEVAR AO POVO O DEBATE DOS PROBLEMAS DE NOSSA IMPRENSA

GRANDE número de ajudantes e amigos da imprensa democrática compareceu, na noite do dia 23, ao auditório da Associação Brasileira de Imprensa, onde a Comissão Nacional da Campanha dos 20 Milhões apresentou uma prestação de contas da campanha. A Comissão informou em que foi empregada a quantia até aquela data recolhida aos seus cofres.

Um representante da redação de «Imprensa Popular», falando no ato, pediu aos presentes que colaborassem no debate, que se inicia, sobre as características que devem apresentar os jornais populares, contribuindo com suas opiniões e críticas para encaminhar a solução dos grandes problemas da nossa imprensa.

UMA ANÁLISE INDISPENSÁVEL

Em nossa edição de 29 de setembro afirmávamos, nesta seção:

«O debate que, hoje, se começa a travar, em torno das mais importantes questões relativas a nossa política, nossos objetivos políticos na atual situação do país e, em ligação com isso, em torno de nossos métodos de trabalho, de organização, de propaganda, colocam na ordem do dia numerosos problemas. Esse debate leva-nos a ver a necessidade de iniciar a análise crítica de nossa atividade no passado e no presente, à luz dos ensinamentos do XX Congresso do PCUS e da discussão que se lhe seguiu e que prossegue, em todo o mundo — para a qual, de nossa parte, faremos o máximo de contribuição. É evidente que a compreensão disso não somente se choca com os métodos de lançamento e realização da Campanha, com a estreteza, desta, como revela a necessidade de modificações no conteúdo e na forma dos nossos órgãos de propaganda. A experiência de muitos anos deixa claro que os problemas de

20 MILHÕES

Para os Jornais do Povo

nossa imprensa não se podem resolver somente com campanhas financeiras destinadas a atender objetivos que, no final, se revelam mais ou menos rotineiros. Por outro lado, também demonstra a experiência que tem sido, até agora, falsa a concepção dos problemas materiais e técnicos dos jornais populares, os quais devem concorrer com uma imprensa altamente desenvolvida do ponto de vista material e técnico».

Agora, ao completar-se o terceiro mês da Jornada pelos 20 milhões, os fatos demonstram que está no atrazo desse debate a razão principal do marasmo da Campanha e que esta só poderá tomar novos rumos à base desse debate. É indispensável que realize-

mos a análise crítica do que foi feito, único meio de enfrentarmos a correção de erros que entravaram até agora o cumprimento da importante tarefa democrática. Sem essa análise, que não pode ser desligada dos demais problemas em discussão, é evidente que não poderemos alcançar a vitória.

OUVIR OS LEITORES E O POVO

Não se trata somente de discutir essas questões entre os jornalistas e demais trabalhadores dos jornais ou no âmbito das comissões centrais da Campanha. Os problemas de nossa imprensa devem interessar a todos os leitores, a todos aqueles aos quais ela se dirige e dos quais deve ser porta-voz. É indis-

pensável trazer a todos para a discussão. Devemos ouvi-los, estimular a manifestação livre das opiniões e críticas. Mas, para isso, precisamos falar-lhes francamente, prestar-lhes contas honestamente, dizer-lhes o que consideramos nossos acertos mas não ter receio de expor-lhes nossos erros. Devemos esforçar-nos para compreender que nossos jornais existem para servir ao povo, e não ao contrário, como pensam alguns. Será na medida em que aprofundarmos o debate em que atualmente nos empenhamos, e no qual ocupam lugar de destaque os problemas ligados à nossa imprensa e à campanha por sua melhoria, que encontraremos a solução para esses problemas.



Aspecto do ato público do dia 23, na Associação Brasileira de Imprensa

Unidade Dos Jornalistas em Torno da Liberdade de Imprensa

UNANIMIDADE NO CONGRESSO DE GOIÂNIA CONTRA O PROJETO DE LEI-RÔLHA — O PROBLEMA DO REAJUSTAMENTO DOS SALÁRIOS E PRINCÍPIOS DO ESTATUTO DO JORNALISTA PROFISSIONAL

Duzentos profissionais de imprensa, representando jornais e entidades de jornalistas de todo o país, estiveram esta semana reunidos em Goiânia, na III Conferência Nacional de Jornalistas. O conclave realizou-se sob o signo da luta pela liberdade de opinião falada e escrita, liberdade ora seriamente ameaçada com o projeto de lei de imprensa enviado pelo governo ao Parlamento.

O pronunciamento dos jornalistas contra a lei de imprensa foi unânime, decidindo a Conferência a adoção de uma série de medidas para impedir a aprovação, no Congresso, do projeto de lei-rôlha.

Outra questão que deteve as atenções da Conferência de Goiânia foi a dos salários dos profissionais de imprensa, regulado pela Lei n. 7.037 que manda reajustá-los trienalmente. A lei não vem sendo cumprida regularmente, o que mantém os salários dos profissionais de imprensa em atraso em relação ao contínuo aumento do custo da vida. A Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais apresentou importante tese focalizando as condições de trabalho e de salários na imprensa e apontando os princípios fundamentais para a elaboração de um «Estatuto do Jornalista Profissional».

A Conferência Nacional dos Jornalistas foi instalada solenemente no dia 21, no Auditório do Colégio Estadual de Goiás, contando com a presença do governador José Ludovico, de autoridades estaduais e municipais e de um representante do presidente da República, que foi o jornalista Danton Jobim. Este, falando durante a solenidade, afirmou que o presidente Juscelino Kubitschek, apesar de haver enviado ao Parlamento, «por injunções políticas», o projeto de lei contra a imprensa, «nunca tivera a intenção de amordaçá-la».

O sr. Herbert Moses, presidente da ABI, reafirmou sua posição e a da entidade a que preside contra o projeto de lei de imprensa.

Na sua III Conferência Nacional os jornalistas brasileiros, como de vezes anteriores, mostraram estar unidos, por cima de posições ideológicas e partidárias, em defesa da liberdade de imprensa, patrimônio comum de todos eles e direito constitucional, de que o povo brasileiro não pretende abrir mão.

Será Entreguista a Transformação Das Ferrovias em Empresas Mistas?



POSICÕES ORIGINADAS DE UMA AFIRMAÇÃO TEÓRICA QUE DEVEM SER REEXAMINADAS — QUE É O PROJETO QUE INSTITUI A REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. — A QUESTÃO DOS PLANOS ELABORADOS PELA COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS — SOBRE A SITUAÇÃO DOS FERROVIÁRIOS —

No Congresso Ferrovário de Campinas e, posteriormente, na Conferência Nacional Ferrovária, há pouco reunida no Rio, decidiram os trabalhadores das ferrovias tomar posição de combate ao projeto que institui a Rede Ferrovária Federal S.A. Chegou-se mesmo a aventar a possibilidade de greve caso o Parlamento aprove e o governo sancione o referido projeto.

CONSEQUÊNCIA DE UMA TESE TEÓRICA

Desde quando foi divulgado o texto inicial do projeto os órgãos da imprensa popular e os comunistas colocaram-se contra a transformação das ferrovias da União em empresas mistas, considerando que este passo viria possibilitar o controle de nossas estradas de ferro pelos monopólios norte-americanos. Esta atitude decorria de posições teóricas, que hoje merecem reestudo à luz do desenvolvimento da situação política no país, e de alguns fatos ligados ao surgimento do plano de criação da RFFSA. Partia-se da tese de que o atual governo é um instrumento útil e necessário à dominação norte-americana em nosso país, o que levava a ver objetivos entreguistas em todas as iniciativas governamentais no terreno da política econômica. Assim, a proposição que cria a «Petrobrás» foi considerada inicialmente como «nova modalidade de entreguismo na solução do problema do petróleo». Com o mesmo critério foi imediatamente recebido e apreciado o projeto de transformação das ferrovias em empresas mistas.

Os fatos mostraram, entretanto que, desde o governo de Vargas e sob a pressão de interesses nacionais, têm sido adotadas algumas medidas de caráter econômico que atendem à necessidade do desenvolvimento do país, não sendo por isso, medidas entreguistas. Este é o caso da própria Petrobrás, da Elec- trobrás e, recentemente, do Plano de Reequipamento da Marinha Mercante, da construção de várias usinas hidrelétricas, como Três Marias e da nova orientação traçada à política atômica.

Por isso, é necessário

e urgente um reexame do projeto de criação da RFFSA, partindo-se, não da idéia preconcebida de que os planos econômicos do governo sejam forçosamente «entreguistas», mas do próprio texto do projeto e das condições concretas de nosso sistema ferroviário em face da necessidade do desenvolvimento da economia brasileira.

QUAL O PERIGO DOS PLANOS DA «COMISSÃO MISTA»?

É verdade que alguns fatos «exteriores» levavam a se olhar desde logo, com suspeição, o projeto de criação da RFFSA. Um deles é que o projeto resultou dos estudos realizados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos sobre a situação e necessidades de nossa rede ferroviária. Outro é o fato de o Banco de Importação e Exportação dos EE. UU. insistir, como condição para o financiamento em dólares do projeto de reequipamento das nossas ferrovias, na transformação delas em empresas mistas.

Mas, sabe-se também que muitos dos técnicos que participaram dos estudos realizados sobre o assunto pela Comissão Mista defendiam uma orientação nacionalista, fazendo-a muitas vezes prevalecer contra opiniões e interesses dos técnicos norte-americanos. Tanto assim, que ainda na administração Vargas, o governo norte-americano decidiu abandonar o financiamento em dólares dos próprios planos elaborados pela Comissão Mista. Ao que parece, o perigo constituído pelo trabalho da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos reside (e ainda reside, em parte), não nos planos de obras, mas na natureza de seu financiamento pelos Estados Unidos, financiamento condicionado a concessões de or-

dem política e a compras os equipamentos exclusivamente a empresas norte-americanas.

O EMPRÉSTIMO DO EXIMBANK

É o caso do recente empréstimo do Banco de Exportação e Importação (145 milhões de dólares) para reequipamento das ferrovias. Ele nos obriga a adquirir com esses dólares apenas material norte-americano, a preços de monopólio (pois não os compramos sob o regime de concorrência internacional). Além disso, isto nos obriga a introduzir em nossas ferrovias tipos de equipamentos de patentes norte-americanas (como, por exemplo, material de sinalização) o que poderá obrigarnos, para manter uma certa padronização, a ter de só adquiri-los de agora em diante, nos EE. UU.

CONTROLE IANQUE DAS FERROVIAS?

Por isso, prestando a maior atenção a este aspecto (o dos financiamentos estrangeiros e das suas condições), é justo que se examine o plano de criação da RFFSA mais realisticamente, tendo em vista a situação e as necessidades urgentes de nossas ferrovias e o conteúdo do projeto que se encontra no Parlamento.

De início é necessário frisar que o projeto institui um tipo de empresa (a empresa mista) que é o mesmo adotado para Volta Redonda, para a Petrobrás, etc. O Estado participará, nesta sociedade, com 51% das ações, mantendo, portanto, um controle total. Os demais acionistas serão, além dos governos estaduais e municipais, as empresas de economia mista, (Banco do Brasil, Volta Redonda, Primisa etc.) e sociedades de direito público interno (por exemplo, as cooperativas). Por sua estrutura, portanto, a RFFSA não permite o controle por nenhum grupo econômico estrangeiro ou mesmo nacional. Este somente seria possível através do controle do próprio governo. Mas, então, ele se exerceria, também, com a situação atual das ferrovias.

A SITUAÇÃO DAS FERROVIAS

Por outro lado é necessário compreender a urgência de uma modificação na atual política ferroviária. A situação presente das ferrovias da União é, em geral, insustentável. No ano passado o «deficit» das ferrovias ascendi-

a cerca de 5 bilhões de cruzeiros e este ano, com o aumento dos salários e o encarecimento do custo do material ferroviário é estimado em perto de 12 bilhões. E, de fato, uma sangria nos cofres da União que nenhum governo poderá suportar por muitos anos mais.

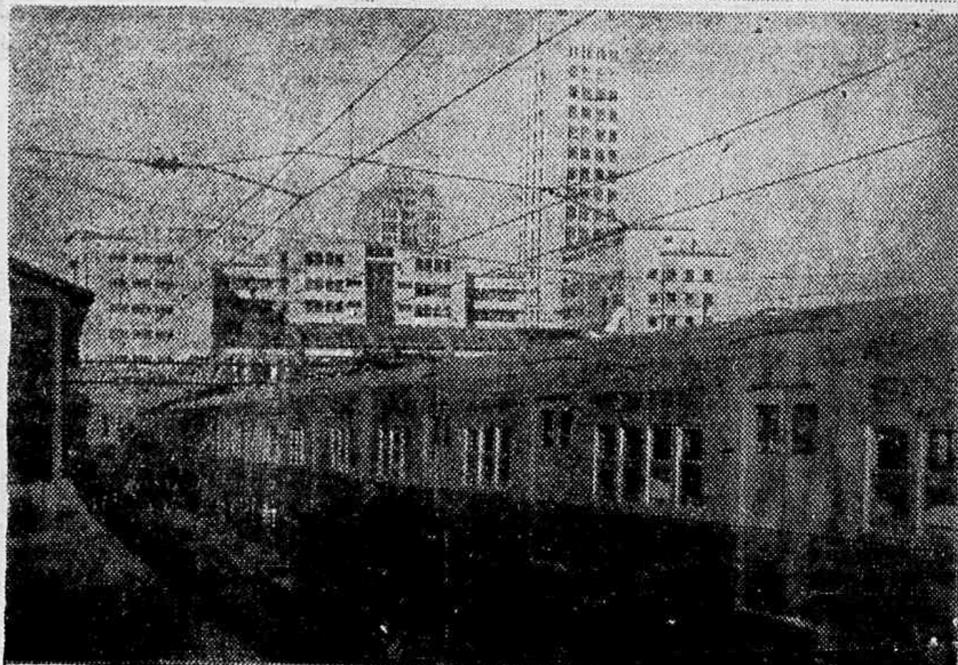
Mas, não é somente o «deficit». A própria situação material das ferrovias é calamitosa. Das 3614 locomotivas a vapor existentes em 1954, nada menos de 712 estão impréstáveis; 1899 têm mais de 40 anos de uso e 1438 mais de 30, só podendo ser utilizadas à base de sérios reparos. Para as necessidades mais imediatas do tráfego ferroviário há um «deficit» de 47.527 vagões. Os 59.829 existentes encontram-se, na maioria, em estado precário.

A rentabilidade das empresas é cada vez menor. Basta dizer que, no ano passado, a receita das ferrovias foi de perto de 9 milhões de cruzeiros, mas os gastos, só com o pessoal orçaram em Cr\$ 9.695.209.000. A situação torna-se insustentável. E' dever de todos os que estão interessados no desenvolvimento econômico do país encarar de frente o problema das ferrovias, de maneira realista. A tentativa do governo de dar-lhes um regime de empresa (como o têm a Petrobrás, Volta Redonda, etc.) parece-nos um passo importante para a solução do problema.

A SITUAÇÃO DOS FERROVIÁRIOS

Surge aí, entretanto, a questão de assegurarem-se as justas conquistas dos ferroviários. O projeto que estabelece a RFFSA cogita do amparo a essas conquistas, estabelecendo o direito de opção aos atuais trabalhadores das ferrovias: ou permanecem sob o regime atual, como extranumerários mensais da União, ou se transferem para o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, contando tempo de serviço e mantendo os benefícios já conquistados que forem compatíveis com esta situação jurídica. Cremos que os próprios ferroviários tem todas as condições de introduzir, neste ponto, as modificações que lhes parecerem essenciais para que nenhum de seus legítimos direitos venha a ser ferido.

Em suma: o que nos parece da maior importância é um reexame sem preconceitos preconcebidos do projeto que tramita pelo Parlamento, tendo em vista a importância da solução do problema ferroviário para o desenvolvimento econômico do Brasil, para o próprio barateamento do custo da vida. Os ferroviários que, além da necessidade de defenderem seus direitos, possuem um conhecimento concreto da realidade de nossas ferrovias, podem dar uma contribuição concreta para que o projeto elaborado pelo governo venha a ser ajustado, no que seja preciso, aos verdadeiros interesses da emancipação nacional.



É verdadeiramente calamitosa a situação das ferrovias da União: o deficit foi, no ano passado, de cerca de 6 bilhões de cruzeiros e está sendo estimado, para o corrente ano, em 12 bilhões; mais de 700 locomotivas a vapor estão impréstáveis e cerca de 2.500 das 3.614 existentes contam com mais de 30 anos de uso. Há um deficit fabuloso de vagões tanto para cargas como para passageiros. E a receita é, atualmente, menor que as despesas com salários e ordenados. E esta situação que impõe o estudo realista do plano de criação da RFFSA.